

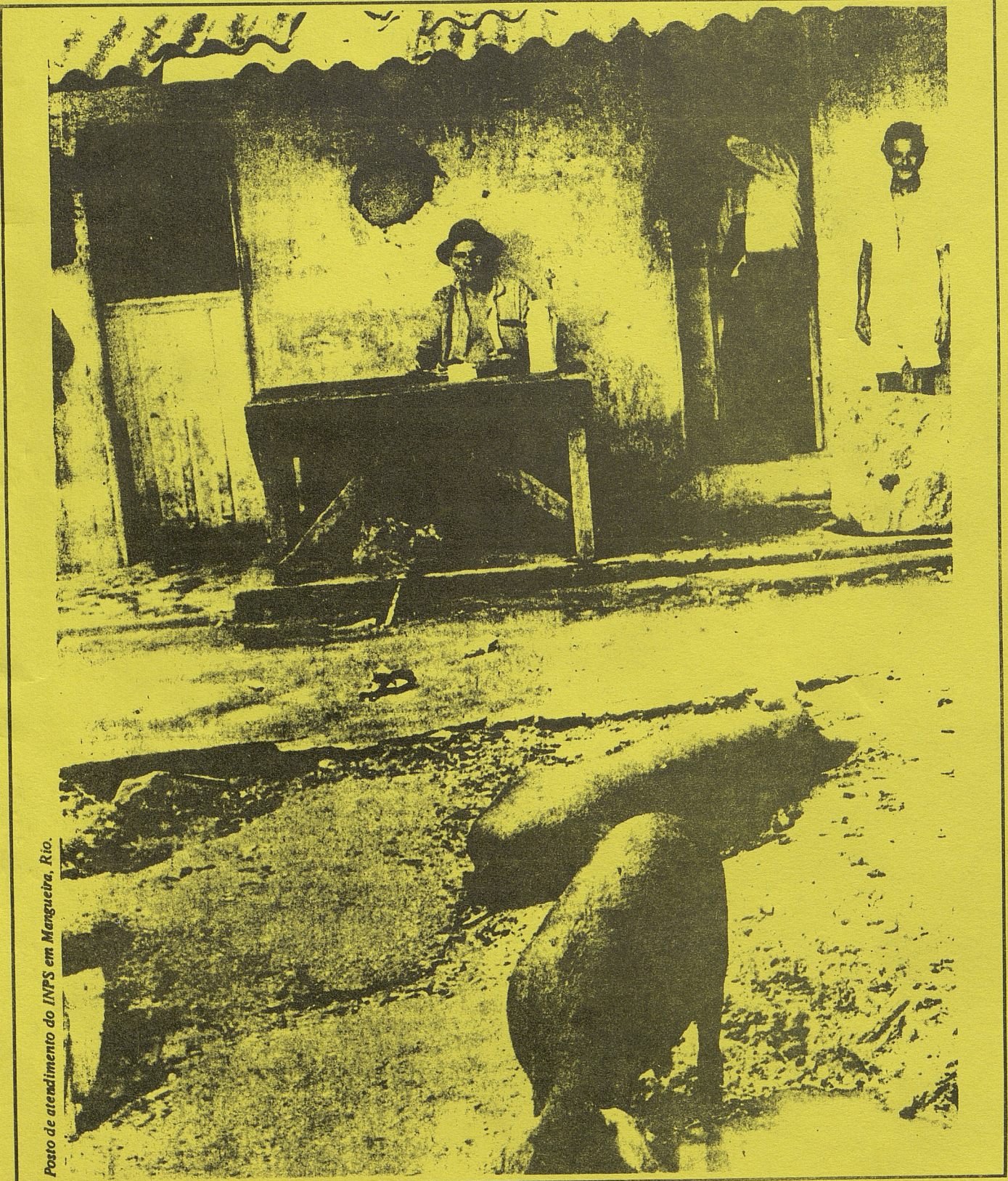
6,2

DEBATE



ABRIL 75

18



Posto de atendimento do INPS em Mangueira, Rio.

40 P 8795

NESTE NUMERO

O editorial de DEBATE-13 fundamenta, tanto no plano histórico quanto no plano político-prático, a palavra de ordem principal dos marxistas-leninistas brasileiros no terreno organizatório: reorganizar, sobre bases novas, o movimento comunista do Brasil. O documento retoma, de forma a um tempo mais larga e mais concreta, o editorial sobre 'política de círculos e espírito de partido', publicado em TEORIA Y PRACTICA Nº2 de dezembro 1972 e em DEBATE-11, de janeiro 1973. A comparação entre os dois editoriais -que separa um intervalo de dois anos- dá a medida do imenso avanço dos marxistas-leninistas de DEBATE no combate de vanguarda que travam pela UNIÃO DOS COMUNISTAS DO BRASIL. Que os companheiros que partilham de nossas grandes orientações políticas entendam o editorial 'Pela renovação do movimento comunista brasileiro' como um vibrante apelo à reunificação, no mais elevado espírito de companheirismo revolucionário e tendo em vista as grandes e urgentes tarefas que o processo histórico coloca hoje, em nosso país, para todos os que se dispõem, de maneira consequente, a servir à causa exaltante da formação do partido marxista da classe operária, de todos os explorados e oprimidos, combatendo na vanguarda da luta pela liberdade e pelo socialismo !

Rolando Fratti, veterano dirigente operário e comunista, que há anos vem, como nós, se batendo pela reunificação sobre bases novas do movimento comunista do Brasil, inicia a publicação de uma série de artigos consagrados à história do movimento operário brasileiro da qual ele próprio se figura significativa.

A Presidência do TRIBUNAL RUSSELL II, consagrado à repressão no Brasil, no Chile e na América Latina, convidou a redação de DEBATE a assumir a preparação dos relatórios econômico-sociais a serem apresentados na II secção do tribunal, que se reuniu em Bruxelas em janeiro último. FERNANDO ANDRADE apresentou nesta secção o relatório geral -de cuja elaboração participaram muitos dos militantes de DEBATE, bem como marxistas independentes, e A. SILVA o relatório sobre a questão agrária. Estes dois textos são apresentados em versão completa no presente número de DEBATE.

PELA RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO

A reunificação dos marxistas-leninistas brasileiros é um processo complexo, se estendendo por todo um período da história de nosso movimento operário, revolucionário e comunista. Importa precisar-lhe as perspectivas e as orientações políticas e práticas delas decorrentes. Cabe em particular expor a todos os companheiros o papel que neste processo propõem-se a desempenhar os marxistas-leninistas de DEBATE. Nosso ponto de vista sobre a luta para que viva o espírito de partido foi exposto há mais de dois anos (ver Debate-11, janeiro 73) no editorial "Política de círculos e espírito de Partido". A experiência desse período e o processo de discussão que permitiu a elaboração da "Plataforma para a União dos Comunistas" nos levou a aprofundá-lo e a fundamentar no plano teórico nossa decisão de nos engajarmos na via da reorganização, sobre novas bases, do movimento comunista do Brasil.

Pelo que lutamos?

O objetivo histórico dos militantes que se organizam em torno da PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS coincide com o de todos os marxistas-leninistas brasileiros: derrubar o estado burguês, abolir as relações capitalistas de produção, estabelecer a hegemonia do proletariado sobre a sociedade através de um novo tipo de Estado que construirá o socialismo, realizará a plena democracia e criará as premissas para a abolição das classes e do Estado e para a vitória internacional do comunismo. Em vista deste objetivo histórico supremo os militantes organizados em torno da PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS consideram que é necessário hoje no Brasil concentrar todas as forças democráticas e revolucionárias de nosso povo na luta pela derrubada da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios e pela instauração de um regime de democracia revolucionária. As tarefas desse regime serão essencialmente as seguintes :

- a) independência sindical, o direito irrestrito de greve, a tomada em mãos pelos trabalhadores, através de suas organizações sindicais, da defesa de suas condições de existência e de trabalho, notadamente no que diz respeito aos salários, à previdência social, aos contratos coletivos de trabalho e o direito ao emprego ;
- b) a nacionalização democrática dos grandes meios de produção e circulação em vista de constituir um setor público que, assumindo o papel dominante na economia nacional, substitua a lógica do lucro pela da satisfação das necessidades sociais ;
- c) o estabelecimento, - através de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo sufrágio universal, direto e secreto, com plena e inteira liberdade de organização política para os trabalhadores e os partidos que reivindicam a democracia e o socialismo, (e após um período de transição durante o qual as forças democráticas realizarão as condições práticas para exercer a liberdade política que terão conquistado), - de um regime de democracia política, em que o proletariado travará seu combate ideológico e político para afirmar sua hegemonia sobre a sociedade e sobre o Estado ;
- d) a aplicação, pelas organizações camponesas, da reforma agrária, conforme a palavra de ordem "a terra para quem a trabalha" ;
- e) a supressão da dependência financeira e diplomática do Brasil em relação aos Estados Unidos da América, o que implica notadamente o estrito controle dos investimentos estrangeiros sob todas suas formas, a expropriação imediata dos monopólios estrangeiros que tenham praticado irregularidades ou abusos do poder econômico ou que ocupem posições chaves na produção ou na circulação, a liquidação dos empréstimos contraídos a

uma taxa usurária junto aos grupos financeiros e aos Estados imperialistas, com a diversificação de nossas fontes de financiamento exterior, em direção sobretudo dos países do campo socialista, uma política estrangeira de paz e de amizade com todos os povos do mundo, e de apoio ativo àqueles que lutam por sua libertação e a ruptura de todos os tratados agressivos e acordos militares concluídos com o imperialismo norte-americano:

f) a supressão de todos os organismos terroristas, das leis de exceção e das restrições às liberdades públicas e direitos individuais criados pela ditadura militar ou herdados do período anterior, a reorganização democrática das Forças Armadas Nacionais com a depuração completa dos elementos culpados de atos criminosos (que serão deferidos à justiça democrática) ou politicamente comprometidos com a ditadura do Comando Militar Supremo, assim como a punição exemplar dos torturadores e assassinos de militantes da oposição democrática e socialista, de seus mandantes e cúmplices.

Em resumo, considerado quanto ao seu conteúdo de classe, o programa da democracia revolucionária será operário e camponês; quanto às medidas essenciais que deverá aplicar, será democrático e nacional; quanto a seus inimigos, anti-monopolista e anti-imperialista e quanto à sua significação histórica, a via brasileira para o socialismo. O cumprimento destas tarefas essenciais consolidará a democracia revolucionária em nosso país e abrirá a via para o socialismo a partir das características próprias do desenvolvimento histórico da economia e da sociedade brasileira. No entanto, por mais que todas estas tarefas estejam inscritas na lógica do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, por mais necessárias que elas sejam a fim de que o povo brasileiro caminhe, ao lado dos povos do mundo inteiro, no rumo de uma forma superior de organização social, sua realização só se tornará praticamente possível se a classe operária se puser à frente do povo, de todas as forças democráticas. Isto supõe necessariamente que ela esteja politicamente organizada para tanto, quer dizer, que ela exerça sua hegemonia política através de seu partido marxista e leninista.

A necessidade do Partido

A grande questão organizatória e política da formação do partido marxista e leninista da classe operária brasileira, pela integração do movimento socialista e do movimento operário, reveste um caráter histórico preciso nas condições brasileiras. Quando sessenta anos após a grande revolução de outubro, o marxismo e o leninismo tornaram-se mundialmente operantes, eles marcaram indelévelmente a história do proletariado internacional e ocupam o centro das grandes lutas da humanidade progressista por um futuro de paz, de progresso material e espiritual, pela vitória final do socialismo e do comunismo. Nenhum país escapa à sua influência. No Brasil, desde 1922 existe um Partido Comunista que representou e representa ainda em certa medida, parte ponderável da tradição marxista da classe operária. A questão da formação de um partido marxista da classe operária em nosso país não se coloca, pois, sob a forma de introdução dos princípios gerais do marxismo e do leninismo em nosso movimento operário.

No entanto, quer no plano internacional, quer no plano brasileiro, o movimento comunista oficial, isto é, aquele derivado da III Internacional, passou, neste grande processo histórico, por crises, dilaceramentos, cisões, num contexto histórico caracterizado pela intensificação da luta de classes no plano internacional, pela transformação terrorista do Estado burguês na época do fascismo e das guerras mundiais, pela emergência e desenvolvimento das lutas de libertação nacional dos povos submeti-

dos ao colonialismo, mas também pelas dificuldades intrínsecas à edificação do socialismo num só país, e, após a II Guerra Mundial, pela interpretação da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais "diferentes" (segundo uma fórmula muitas vezes usada para não dizer que esses regimes sociais são opostos quanto a seu caráter de classes) como divisão do mundo em "esferas de influência". A política seguida pelo PCURSS sob a direção de Stalin, institucionalizando o terror como método de governo, resolvendo administrativamente e por via da intimidação, no mais das vezes, os conflitos surgidos no seio do próprio PCURSS ou de outros partidos do movimento comunista internacional, transformando em forma vazia o exercício da democracia proletária no referente ao controle amplo e livre que as massas devem exercer sobre o Estado, agravou consideravelmente as já imensas dificuldades com que se deparava o socialismo nas primeiras décadas de sua edificação, primeiro num só país, depois no interior de um cada vez mais vasto bloco de países. Tudo isto se refletiu nos movimentos comunistas dos países situados no campo imperialista. Crises sucessivas, que constituíram prolongamento daquelas verificadas nos próprios países socialistas, vieram abalar os partidos comunistas dos países capitalistas. Em alguns casos, sobretudo onde os partidos comunistas haviam se fundido com o movimento operário, estas crises, embora abalando-os, acabaram tendo o efeito positivo de por fim ao culto idealista da infalibilidade do "partido-guia" (o PCURSS) e de fazê-los adotar a atitude mais crítica e criadora na elaboração de suas orientações e linhas políticas (casos notadamente do PCF e do PCI, na Europa capitalista).

A fragmentação do movimento comunista brasileiro

Embora nos recusemos a dividir os marxistas em torno desta questão, não podemos esquecer que a divisão do movimento comunista internacional foi muitas vezes responsável por fragmentações havidas em nosso movimento. No Brasil, a primeira grande crise do PCB data justamente do período de "desestalinização" (1956) e a crise seguinte (1960) foi o reflexo do conflito sino-soviético. Esta segunda crise instaurou a divisão do movimento comunista no Brasil, que iria se aprofundar após o golpe, com as grandes cisões de 1967/1968. A fragmentação do movimento comunista e revolucionário no Brasil tira, pois, suas origens históricas das crises e cisões no movimento comunista internacional e da incapacidade do PCB em evitar (como o conseguiram partidos comunistas que se tinham articulado organicamente com a classe operária e que se tinham apoderado criadoramente do marxismo, fazendo-o reviver continuamente à luz de suas próprias experiências de luta revolucionária e alimentando-o constantemente pela análise concretada situação concreta em que lutavam) que estas cisões e crises tivessem um efeito desagregador sobre o movimento comunista de nosso país. A desagregação do PCB é um dos fatores essenciais, senão o essencial, da fragmentação do movimento comunista e revolucionário brasileiro. Na polêmica com a TL/ALN um de nossos militantes escreveu com razão que a explicação do desvio militarista pelo "afluxo de estudantes" ao Agrupamento Comunista de São Paulo escamoteava a questão crucial de saber por que os comunistas de São Paulo, aderindo à "linha OLAS" haviam sido incapazes de preservar o caráter e a orientação pretensamente proletárias de seu movimento. Com efeito, o que foi justamente esta adesão incondicional à "linha da OLAS" senão a combinação de um desejo ardente de "fazer a Revolução" e de uma profunda e antiga tendência em conceber a Revolução como a repetição mecânica, em nosso país, da experiência de outros povos, realizadas em condições históricas distintas? A ânsia de aderir à "linha chinesa", à "linha cubana", à "linha trotskysta", isto é, a ânsia de copiar, não constitui particularidade brasileira: há "pró-soviéticos", "pró-chineses", "pró-cubanos" ou trotskystas em todos os continentes. O que constitui particularidade bra-

sileira (embora não exclusivamente brasileira) é o efeito desagregador desta importação de "modelos prontos" de revolução, é a vulnerabilidade manifestada por nosso movimento revolucionário a este efeito desagregador.

Em nossa PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS partimos da constatação de que o movimento revolucionário brasileiro se encontra fragmentado e que esta fragmentação engendra o espírito de círculo. Os elementos acima indicados apontam o processo histórico geral (tanto nacional quanto internacional) do qual nossa fragmentação é o resultado. Cabe somente acrescentar que o fracasso do movimento de luta armada de 1968/1971 pôs por terra a idéia, comum na época, de que a "divisão dos revolucionários" seria superada pela simples substituição de um "modelo" por outro; do "modelo pacifista, reformista, pró-soviético", pelo "modelo armado, revolucionário, pró-chinês ou pró-cubano". No que ao nível de organização dos revolucionários se refere, a experiência de luta armada de comandos urbanos levou a uma desagregação ainda mais acentuada que se completou pelo aniquilamento de grupos inteiros e a liquidação física de centenas de militantes que constituíam parte essencial do capital humano da Revolução no Brasil.

Consequência inevitável da fragmentação do movimento revolucionário e, notadamente, do movimento comunista, é a fragmentação do movimento político da classe operária, acarretando a dispersão das lutas proletárias e por via de consequência, das lutas populares e democráticas em geral. Não se trata, em absoluto, de estabelecer um paralelismo mecânico entre os dois processos: um movimento comunista coeso não é condição suficiente para um movimento operário coeso, como tampouco um movimento operário coeso constitui condição suficiente para um movimento comunista coeso. Mas, é evidente, que sem a união dos comunistas, não haverá união do movimento operário sobre bases revolucionárias. Seria um exercício mental perfeitamente inútil querer saber se a unidade dos comunistas será decorrência da unidade dos operários ou vice-versa. O que desde logo é certo é que um processo reforçará o outro, e que um não se completará sem o outro. Por isso mesmo as três orientações fundamentais de nossa PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS convergem em torno deste duplo processo:

- 1) ligar-se à luta de massas;
- 2) desenvolver a luta ideológica para por fim ao obscurantismo e para se apropriar teoricamente do marxismo e do leninismo como instrumento da transformação revolucionária da nossa sociedade;
- 3) lutar pela reunificação dos marxistas-leninistas em um partido da classe operária e de todos os explorados e oprimidos do Brasil, capaz de dirigir seu combate contra a ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios e de assegurar a hegemonia proletária na conquista revolucionária da democracia implantando assim as bases do socialismo em nosso país.

A reorganização

Reconhecer que a dispersão das lutas proletárias e a fragmentação dos comunistas são processos distintos e inter-relacionados implica em determinar, na orientação dos comunistas, a forma mais correta e consequente de lutar por sua própria reunificação ao mesmo tempo em que lutam para unir as massas. O grande problema, neste sentido, concerne ao grau atual de articulação entre os diferentes círculos e núcleos partidários comunistas e o movimento operário e democrático em geral. Mais grave ou pelo menos tão grave quanto a fragmentação dos revolucionários e a dispersão das lutas proletárias é a separação entre uns e outros e, por isso mesmo, na avaliação das diferentes organizações e círculos políticos mar-

xistas atuando no Brasil entra decisivamente em linha de consideração a capacidade que já demonstraram ou que podem a vir a demonstrar, em vista de operar sua junção com as lutas de massa, especialmente operária. Existe uma concepção espontaneísta, ora em voga, em certas correntes de nosso movimento socialista, que transfere a solução de todos os problemas da Revolução ao dia em que se produzir um novo fluxo do movimento de massas. Há um lado positivo nesta concepção, sobretudo quando ela parte de militantes cuja grande experiência prática foi a exacerbação do voluntarismo e a idealização do papel que "vanguardas" decididas podem desempenhar no sentido de desencadear o processo revolucionário. Aqueles que antes diziam "tudo depende dos revolucionários", são hoje levados, por compreensível movimento pendular, a achar que "tudo depende das massas". Esta concepção não leva necessariamente à passividade, ela não é apenas o ópio de que se alimentam alguns grupos de militantes "desiludidos". Se ela fosse só isso, nem caberia mencioná-la num esforço como este que estamos fazendo para fundamentar, no terreno organizatório, nossa decisão de seguir uma via própria no caminho da retomada da luta revolucionária das massas e da reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil. Ela leva também muitos militantes, sincera e conseqüentemente empenhados no trabalho político visando a luta de massas, assim como outros, dispostos a levar adiante esta grande tarefa, a verem nela, isto é, a verem na ligação com as massas, um critério absoluto e exclusivo da ação revolucionária. Esta questão se reveste, é quase desnecessário dizê-lo, de importância crucial: de uma justa determinação do conjunto de critérios que devem orientar hoje nossa ação, dependerá o avanço de nossa luta no futuro próximo, e, mais do que isso, o próprio sentido histórico desta luta, em particular no que se refere ao grande objetivo da formação do partido marxista da classe operária no Brasil.

Organizar-se, antes de mais nada, é criar vínculos orgânicos com as massas, especialmente da classe operária. Mas organizar-se é também constituir um núcleo de vanguarda que oriente a luta das massas no sentido de seus objetivos históricos. Só há movimento revolucionário conseqüente (do ponto de vista proletário) se houver fusão do movimento socialista com o movimento de massas. Essa verdade, tão universal, e em aparência tão simples, sintetiza justamente as duas grandes orientações - que são ao mesmo tempo as duas grandes exigências - da ação revolucionária. Sem ligação com o movimento de massas, um coletivo político, por melhores que sejam suas intenções, não será mais que um grupúsculo sem horizontes, que um punhado de "intelectuais artificiais", como dizia Gramsci. Sem o domínio do marxismo, a grande teoria revolucionária de nossa época, não haverá nem teoria, nem política revolucionária com perspectiva histórica.

O adesionismo

É por não verem os dois lados do problema, é por não assumirem as duas exigências indispensáveis e complementares para a formação do partido marxista da classe operária, que certos camaradas se perguntam se a via mais adequada no rumo da reorganização do movimento revolucionário, da retomada das grandes lutas de massa contra a ditadura e da reunificação dos marxistas-leninistas, não seria a adesão a alguma das organizações de orientação marxista existentes, em particular o PCB, que sem dúvida alguma mantém laços sólidos em setores combativos da classe operária. A razão mais séria para tal opção é a de que os vínculos do PCB - e secundariamente de formações políticas menores, como o PCdoB - com a classe operária seriam de tal maneira sólidos e significativos que o avanço das lutas operárias e em geral do processo de auto-determinação sindical e político do proletariado passaria necessariamente ou quase

necessariamente pelo PCB (e em menor medida pelo PCdoB). Evidentemente, para aqueles que um ou outro destes partidos constitui o portador do marxismo-leninismo no Brasil, esta apreciação traduz simplesmente a convicção que tem cada militante da justeza e do sucesso da organização a que adere. Ocorre, porém, que são muitos os militantes que reconhecem graves desvios, limitações, deformações e fraquezas nas formações políticas em questão, mas, por acharem que a retomada das lutas operárias passaria necessariamente por elas, pensam em aderir, ainda que com grandes reservas mentais. Na prática preconizam o "entrismo" no PCB -organização incontavelmente mais "aberta" e importante que o PCdoB e por isso mesmo mais suscetível de atrair militantes empenhados em reorganizar o movimento revolucionário, mas descrentes da possibilidade de reorganizá-lo sobre novas bases.

Os militantes que se organizam em torno da PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS condenam esta atitude e afirmam decididamente sua convicção de que o movimento revolucionário brasileiro deve e pode ser reorganizado sobre novas bases. Fundamentam esta convicção tanto em razões de princípio quanto em apreciações históricas concretas. No plano dos princípios consideram dever fundamental de todo e qualquer marxista-leninista defender abertamente sua plataforma e lutar por transformá-la em linha política. Ora, nossa PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS se separa e se opõe aos programas políticos do PCB e do PCdoB em muitas questões fundamentais, a tal ponto que podemos dizer com segurança que o uso que fazemos do marxismo e do leninismo (e não apenas a análise que temos da sociedade brasileira) são profundamente diferentes daquele que fazem as organizações mencionadas. E como esta diferença concerne à concepção mesma da grande teoria revolucionária de nossa época, como estamos fundamentadamente convencidos de que defendemos a utilização revolucionária do marxismo e do leninismo, temos o dever de expô-la, divulgá-la, defendê-la, discutí-la e desenvolvê-la sob todas as formas possíveis. Abdicar de fazê-lo através de nossa imprensa, de nossa propaganda, de nossa organização, seria uma verdadeira capitulação ideológica, seria rebaixar o nível de nossa atividade, que é real, em nome de uma ligação com os setores de massa influenciados pelas organizações às quais teríamos aderido e que seria puramente hipotética (posto que teríamos que nos submeter, individualmente, ao centralismo destas organizações e ao grau de democracia interna por elas permitido). Estas considerações de princípio mostram que devemos construir uma organização marxista-leninista em torno de nossa Plataforma e na perspectiva da reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil.

A viabilidade histórica de nossa organização

Resta dizer porque podemos construí-la. Esta questão não teria nenhum sentido se nossa intenção fosse juntar um grupúsculo a mais aos inúmeros que já existem e que pretendem representar a quintessência da revolução. Se levarmos a sério esta motivação que conduz hoje muitos militantes honestos a uma posição adesionista diante do PCB ou do PCdoB, é porque consideramos que a revolução é obra das massas, que a ação revolucionária constitui no essencial uma luta de massas, que, como salienta nossa Plataforma, consideramos como tarefa prioritária de todos os revolucionários ligar-se às massas, ligando-se às suas lutas e que, portanto, não veríamos sentido algum em nossa militância se ela nos conduzisse a formar uma nova seita de intelectuais amigos da revolução, mas separados do movimento histórico no qual as revoluções se produzem. Entre um punhado de intelectuais separados das lutas do povo e dissertando pretensiosamente sobre como deve ser feita a revolução e um coletivo de militantes que aderem à uma organização política ligada às massas, ainda que a orientação dessa organização seja oportunista, reboquista, et., parece-nos evidente que

são estes, e não aqueles, que podem cumprir um papel positivo nas lutas sociais. E é a estes que respondemos: sim, a afirmação clara de nossa PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS e a decisão inabalável de reorganizarmos sobre novas bases o movimento comunista no Brasil tem diante de si uma real perspectiva histórica. Sim, existem situações e existem países onde a tal ponto um determinado partido comunista identificou-se à história das lutas operárias, que qualquer intento de formar um outro partido comunista, com a intenção de reorganizar sobre novas bases o movimento comunista desse país, estará fadado ao fracasso, pois conseguirá, no melhor dos casos, dividir o movimento operário (na prática: influenciar uma reduzidíssima parcela do movimento operário) e, para chegar a este objetivo, será levado a dirigir uma propaganda essencialmente contra o partido comunista existente. Em resumo, fará o que fazem, na Europa capitalista, os grupúsculos trotskistas e maoistas.

Mas estas situações históricas são distintas das nossas. A situação do movimento comunista nestes países é distinta da situação do movimento comunista em nosso país. Porque em nosso país os dois PCs, notadamente aquele de forte tradição operária, o PCB, só organizam e influenciam parcelas reduzidíssimas da classe operária, e mesmo esta parcela viveu e vive a experiência do fracionamento do movimento revolucionário (pois no essencial foi do PCB que se originaram as diferentes cisões que conduziram ao fracionamento atual). Os graves erros programáticos e políticos do PCB constituem uma das grandes razões do divórcio hoje existente entre o movimento comunista e a classe operária. A grande maioria da classe operária brasileira - para não falar dos trabalhadores do campo - nem sequer foi tocada pelo PCB, de maneira que o esforço para organizá-los politicamente em hipótese alguma teria por efeito dividir o movimento operário, nem desviar nossa ação no sentido de tornarmos um agrupamento de intelectuais de esquerda especializados em criticar as forças operárias existentes. Por isso mesmo, a reorganização do movimento comunista sobre novas bases será ao mesmo tempo a organização do movimento operário e da classe operária numa extensão e profundidade sem precedentes, tanto mais que se fundamentará na utilização do marxismo a partir da experiência histórica da luta de classe e do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira e não na transposição da experiência de outros povos, de outras lutas e de outras situações: é só assumindo as condições reais de sua luta particular que os comunistas brasileiros poderão vir a ser autenticamente internacionalistas, porque é só como união de movimentos com vida própria em seus países respectivos que o movimento comunista internacional poderá e deverá voltar a ser aquilo que dele exige sua destinação original.

Determinamos até agora a necessidade histórica e a possibilidade histórica da reorganização, sobre novas bases, do movimento comunista do Brasil. Cabe precisar, na medida em que permite o desenvolvimento atual de nosso trabalho e a situação do movimento operário e revolucionário em nosso país, os passos imediatos que podem ser dados nesta direção, e as perspectivas que os orientam. A difusão, no Brasil, das idéias do núcleo de militantes marxistas-leninistas reunidos em torno de DEBATE estabeleceu, e em vários casos restabeleceu, nosso contato com outros núcleos revolucionários que partilham parcial e mesmo globalmente de nossas perspectivas e métodos de luta política. Ampliou-se, tornou-se mais precisa, rigorosa e justa nossa visão sobre o estágio atual do processo de reorganização do movimento revolucionário no Brasil, e em especial da ação das pequenas organizações, círculos e grupos militantes junto à classe operária, aos estudantes, e em menor escala, aos trabalhadores do campo. Na medida em que estes militantes marxistas, e as forças

políticas reais ou virtuais que representam, reconhecem, total ou parcialmente, em nossa PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS, um firme ponto de partida para a elaboração do programa marxista da revolução social no Brasil, vão se criando as condições políticas concretas para a realização do grande objetivo histórico da reorganização sobre novas bases do movimento comunista em nosso país. Por isso mesmo se coloca desde logo, no processo de construção, no Brasil, da organização política dos marxistas-leninistas reunidos em torno de nossa Plataforma, a questão do estabelecimento dos critérios que orientarão, de um lado, sua consolidação e seu desenvolvimento, de outro lado, nossa postura em vistas da reunificação geral dos marxistas-leninistas do Brasil e, portanto, nosso relacionamento com organizações, círculos e núcleos de militantes que partilham nossos objetivos centrais.

Dentre os critérios de avaliação das diferentes formações políticas do movimento revolucionário brasileiro, em função do papel que podem desempenhar no processo geral de reorganização em curso, existe um que ocupa o lugar central. É o de que, conforme a concepção de Marx e de Lênin sobre a natureza do movimento comunista e, em especial, conforme as teses de Lênin sobre a natureza da organização revolucionária do proletariado, são os operários de vanguarda, isto é, a fração mais avançada politicamente da classe historicamente revolucionária de nossa época, que constituem a espinha dorsal do partido comunista. Esta fração mais avançada do movimento e da classe operária só se afirmará no processo histórico concreto quando se puser efetivamente à frente das grandes lutas sociais e políticas que abrirão o caminho do futuro, pela derrubada da ditadura terrorista e pela instauração de um regime de democracia revolucionária. É a junção dos núcleos marxistas-leninistas operando no Brasil de hoje, com os setores mais avançados do movimento operário, que configurará a reorganização, sobre novas bases, do movimento revolucionário. Como repetidamente o salientamos, a reunificação dos marxistas-leninistas e a junção do movimento socialista com o movimento de massas são processos complementares, um não se realizando plenamente sem o outro. Por isso mesmo tomamos como fio condutor de nossa ação política e como critério prático supremo para a determinação de nossa política organizatória a junção da organização de marxistas-leninistas que nos propomos construir com os setores mais avançados da classe operária. São neste momento estará configurada, na esquerda brasileira, a reorganização, sobre novas bases, do movimento comunista. São neste momento teremos deslocado o centro de gravidade de nosso movimento revolucionário, hoje disperso numa nebulosa de pequenos círculos e organizações ladeadas pelo PC pró-soviético e pelo PC pró-chinês. São então teremos efetivamente liberado a via para o futuro.

Os obstáculos

Assumimos nossas responsabilidades enquanto núcleo de marxistas-leninistas dispostos a tomar todas as iniciativas ao nosso alcance para cumprir nos três pontos que sintetizamos em nossa Plataforma. No entanto, como materialistas consequentes, sabemos que seu cumprimento dependerá do curso objetivo da luta de classes, do movimento profundo das massas populares e especialmente operárias, portanto, da evolução da situação econômica e política do Brasil no futuro próximo. Em momento algum procuraremos nos substituir à dinâmica da luta de massas, em momento algum deixaremos de conceber nossa tática e nossas palavras de ordem sobre a base da situação real do movimento operário e popular. E é levando em conta a dinâmica da luta de massas que encaramos o desenvolvimento mais provável do processo de reorganização do movimento revolucionário e da reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil. Com efeito, por maior que seja o empenho dos núcleos marxistas-leninistas mais consequentes em promover esta reunificação (da

~~qual depende, em larga medida, a reorganização do movimento revolucionário~~ como um todo), sempre subsistirão disputas programáticas e teóricas de importância secundária, reticências, reservas ou espírito de competição entre grupos, círculos e pequenas organizações, que só poderão ser abolidos quando a ascensão das lutas de massa e a auto-determinação do movimento operário submeterem ao duro exame da prática as inúmeras concepções políticas já existentes em nosso fragmentado movimento comunista.

A desunião favorece o sectarismo e, por maiores que sejam os esforços dos marxistas consequentes para superar o espírito de círculo, o divisionismo estéril, estes só deixarão de obstruir a causa da reunificação dos marxistas-leninistas quando o avanço das lutas operárias e do movimento de massas em geral tiver decidido, na prática, que concepções programáticas estão destinadas a se transformar em força material ao serem reassumidas e desenvolvidas pelos trabalhadores em sua luta. Uma coisa, desde logo, é certa a esse respeito: as dezenas de grupo e grupúsculos que se apresentam hoje como depositários da quintessência da revolução terão de superar-se como tais, porque a luta de massas e as correntes reais do movimento de massas não comportam um número ilimitado de opções. Isto não quer dizer que consideremos, ou mesmo que esperemos, que as mais variadas tendências do movimento popular e operário confluem para um só partido. Quer se trate da união popular que há de derrubar a ditadura e abrir a via ao socialismo no Brasil, quer se trate do período de construção do socialismo, é perfeitamente normal a existência de diferenças e mesmo de divergências ideológicas ou programáticas que se traduzam pela existência de distintos partidos políticos no movimento popular. Mas seria um erro infantil confundir estas diferenças no seio do movimento popular com as desavenças estreitas entre pequenos grupos empenhados em justificar a própria originalidade e desprovidos de autêntico espírito de partido.

Unidade e Luta

Com base nestas considerações, e sem prever no papel o curso extremamente complexo e historicamente inédito do processo de reorganização do movimento revolucionário e da reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil, considerando inclusive que não está ainda configurada, no cenário de lutas políticas, a organização revolucionária que constituirá o centro de gravidade, o polo aglutinador dos comunistas do Brasil (e que papel preciso terão neste processo as duas maiores formações políticas que se apresentam como marxistas-leninistas: o PCB e o PCdoB), podemos avançar com segurança que o importante processo auto-crítico em que se empenham muitos daqueles que estiveram à frente das lutas de 1967 a 1971 após terem rompido com o PCB, PCdoB e POLOP em nome da luta armada, e que constituem parcela importante dos recursos humanos da revolução no Brasil, bem como a proliferação de círculos atuando no meio operário e estudantil e desempenhando um papel extremamente dinâmico junto às entidades de massa de um movimento democrático em franca ascensão, representam um elemento muito importante na formação do partido revolucionário da classe operária do Brasil. É extremamente significativo o fato de que são mais e mais numerosos, nestes núcleos políticos e círculos, aqueles que se identificam, senão inteiramente, ao menos com a orientação geral da nossa Plataforma, e o fazem na exata medida em que vêem nela um instrumento adequado para a corrente marxista que luta por reorganizar sobre novas bases o movimento comunista do Brasil.

Porisso mesmo os marxistas-leninistas hoje reunidos em torno da PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS estão conscientes do caráter historicamente transitório e limitado da organização que se dispõem a construir. Consideram-na, entretanto, como historicamente necessária enquanto momento do processo geral da retomada das lutas de massa, do desenvolvimento da luta ideológica em vistas da elaboração do programa marxista da revolução brasileira e da reunificação dos comunistas. Consideram-na como a solução mais adequada, a que melhor abre a via ao futuro, a que melhores condições cria para o desenvolvimento das três grandes linhas de ação apontadas. Ao mesmo tempo dispõem-se a uma ação unitária desde logo e na medida das respectivas convergências políticas e ideológicas, com todas as organizações revolucionárias e notadamente com as que lutam consequentemente pela formação do partido marxista.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Rolando FRATTI

I - O "ANARCO-SINDICALISMO EM S. PAULO

Em 1865, com o início do "Ciclo do Café" são abertas as portas do Brasil às correntes migratórias européias, constituídas em geral de camponeses da Itália, Espanha, Portugal e Polónia. Dada a onda de repressão que varria a Europa - notadamente depois que a Comuna de Paris mostrara que a classe operária, não satisfeita com os rumos da "Revolução Democrática Burguesa", dava o primeiro brado por uma sociedade Socialista - entre os emigrantes encontram-se muitos operários especializados (gráficos, pedreiros, tecelões, ceramistas, padeiros etc) e intelectuais. Muitos deles são fugitivos da repressão. Levam a experiência das lutas do Anarco-Sindicalismo, corrente política predominante no movimento operário europeu.

No Brasil, como em outros países do continente (Argentina, Uruguai, Chile) os militantes anarco-sindicalistas encontram um ambiente propício para desenvolver e acionar suas experiências, pois aqui não havia nenhuma lei de proteção ao trabalho, conquista já alcançada na Europa. Assim, deflagram a bandeira da luta por 8 horas, da proteção à infância e à mulher; do seguro contra acidentes e a velhice etc; do direito de livre organização e manifestação do pensamento, etc. O primeiro sindicato de São Paulo que é o "Sindicato dei trasportatori di Mattoni" adota o nome italiano, porque a maioria dos que se dedicavam a esse trabalho eram italianos. Esse detalhe e outros, como por exemplo, que a capital de SP no primeiro ano deste século tinha 50 mil operários e destes 40% eram europeus dos quais a maioria italianos, pode ser encontrado numa reportagem do "Estadão" de 1972, a propósito de mais um aniversário da Cidade.

As "Sociedades de Mútuo Socorro" (caixa coletiva para socorrer os necessitados) as "Ligas" que agrupavam os "grêmios" profissionais (gráficos, padeiros, tecelões, ferroviários, garçons, escarpelinos-talhadores de paralelepídeos - o nome vem do italiano "scarpelini" - trabalhadores da Light, portuários). São estas as categorias de então que de grêmios vão se transformando em sindicatos sendo que o dos ferroviários da Sorocabana foi um dos baluartes daquela fase. (Foi dissolvido em 1938 pelo interventor Ademar de Barros em virtude de uma greve). Cumpre registrar que também as cooperativas de consumo, algumas existentes até hoje como a da Lapa S.P. e a do pessoal da Sorocabana foram também iniciativas dos anarco-sindicalistas.

No ano de 1895, a greve no porto de Santos é considerada a primeira greve desencadeada em SP. Seguem-se a greve dos chapeleiros, em 1905; em 1907 a greve da SPR (hoje Santos a Jundiaí), da EF Sorocabana e da EF Paulista. Paralizam: Santos, Capital, Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto. Esse ascenso prossegue nos anos seguintes culminando na greve geral de 1917 que abarcou a capital e algumas cidades do interior, Santos e R. Preto, capital

do café,mas que contave uma boa porcentagem de operários da indústria da alimentação,contrução,ferroviários,carroceiros e artesãos.

O aparecimento do proletariado no cenário político brasileiroé acompanhado pelas primeiras leis repressivas.O decreto legislativo 1566 de 13/10/1893 dispõe que todo estrangeiro "no civo"à ordem pública será deportado.Esta lei é "aprimorada" com o DEc.Legisl. 2741 de 8/1/1913 .Por esta nova lei o governo se arroga o direito da deportação em massa.Leôncio Rodrigues in Sindicalismo no Brasil (Difusão Européia do Livro 1966)cita o Bolêtim do Departamento Est.do Trabalho (nº1 e 2) de 1912 que diz que dos 10.204 operários das 31 indústrias texteis de SP apenas 18% eram brasileiros.Os demais europeus e destes 58% italianos.Em 1921 é baixado o Decr.4.269,dito a "Lei Infame". Esta lei torna a repressão mais massiva,já não é só contra estrangeiros.Pune todo o cidadão e manda fechar toda a organização que professe idéias nocivas à "Ordem Pública". É preciso considerar que SP em 1920 já conta 136 mil operários brasileiros e 93 mil estrangeiros,logo as cargas de cavalaria já não são suficientes.Faz-se necessária toda uma legislação reacionária visando impedir que o proletariado se imponha politicamente.

Depois da greve geral de 1917,que dominou as cidades principais de SP,inclusive a Capital obrigando o governo a esconder-se numa fazenda,a onda de repressão foi de grandesproporções. Deportações em massa (a maioria optou pela Argentina e Uruguay) assassinatos de "desaparecimentos".O presídio político era no bairro do Cambucy - capital - e o Sergio Fleury da época,o Dr. Ludelino de Abreu.O presídio político,que era chamado de "Bastilha do Cambucy",foi destruido pelo proletariado em 1930,nas vésperas das tropas de Getúlio chegarem à capital e Laudelino foi buscado por grupos operários em todos os lugares possíveis.Não há notícias de que tenha sido encontrado,porém nunca mais se ouviu flar desse fascínora.

Como se vê,o proletariado brasileiro nasceu lutando sob a direção do Anarco-sindicalismo,não obstante alguma presença Socialista,entre jornalistas e médicos em maior parte,e pouquissima no meio operário. O Anarco-sindicalismo mantinha diálogo com os socialistas,embora os chamasse de "ragazzi d'uffizio" (meninos de escritório) o que significa que não eram da pesada... Sa-be-se que em Niteroi,São Salvador,Porto Alegre e outras cidades do RGS também havia um Movimento Anarco-sindicalista,bastante forte,pois "A Pebble" editada no Rio sempre se referia a essas cidades.Quanto ao Nordeste - Ceará e Pernambuco - Leoncio Rodrigues no livro citado se refere a greve de ferroviários mas não sob qual liderança.

É também sob a direção do Anarco-sindicalismo que se dá o saque organizado da zona atacadista de SP:em 1924,os generais Isidoro Dias Lopez e Miguel Costa sublevaram os quartéis de S. Paulo.Depois de mais de mês não obtendo apoio de outras capitais do país,retiram-se para o interior dando origem a"Coluna Invicta". A capital era um verdadeiro caos.Imagine-se uma cidade com mais de um milhão de habitantes que durante um mes fica sem abasteci-

mento. Isidoro ao retirar suas tropas ordena que todo o estoque dos armazéns de atacado seja distribuído à população e essa tarefa cabe às organizações anarco-sindicalistas.

Os anarco-sindicalistas davam grande importância à imprensa. Possuíam 3 jornais: "A Plebe", "A Lanterna" e "Bandiera Rosa" este em italiano. Um deles era diário. Divulgavam trabalhos de Malatesta - um teórico italiano - Proudhon e outros e também de Oreste Ristori, jornalista italiano que militava no Brasil, desaparecido em 1922 durante uma greve de pedreiros e camponeses em Ribeirão Preto. Esses jornais nas fases de ascenso eram distribuídos legalmente e nos descensos se tornavam clandestinos.

Um punhado de líderes do Anarco-sindicalismo ficaram na história do movimento operário: Astrogildo Pereira que após transitar pelo anarco-sindicalismo funda o PCdoB em 1922; Everaldo Dias, jornalista; Aristides Lobo, médico; Edgard Leurhorth, linotipista; Mário Grazzini, linotipista e muitos outros. Contudo o mais falado e respeitado de todos era o italiano Oreste Ristori, teórico e homem de ação que jogou o papel principal, na divulgação das teorias do Anarco-sindicalismo e na formação de quadros.

As formas de luta dos anarco-sindicalistas eram a greve, passeatas, comícios. Sempre à base das reivindicações sociais, que iam desde problemas econômicos até o direito de livre organização e manifestação do pensamento e não trançavam sobre estes direitos; afirmavam que tinham que ser conquistados e defendidos pela força do proletariado. Fizeram muita propaganda da Revolução Russa, porém criticavam a formação do novo Estado, afirmando que este é sempre uma nova forma de opressão. Para o governo de então, a "questão social era uma questão de pata de cavalo". Cavalaria e sabres eram as armas para enfrentar as manifestações. O movimento operário defendia-se com bombas, rolhas, formicida e estiletes, armas que os cavalarianos temiam muito, pois não há cavaleiro que se aguente quando um cavalo é atingido pela formicida. As sedes dos anarco-sindicalistas, constantemente invadidas e depredadas pela polícia, ressurgiam dias depois em outro local. O segredo dessa rápida rearticulação: o Anarco-sindicalismo tinha como base real de sua organização os grêmios nas fábricas.

Por que os anarco-sindicalistas não apoiaram a "Coluna Invicta"? Segundo Leurhorth dois motivos não possibilitaram nem mesmo o diálogo. (1º) a Coluna tinha simplesmente como programa: "Contra a corrupção e pelo voto secreto"; não incluía nenhuma das reivindicações operárias. (2º) era constituída e dominada por um pensamento puramente militar e além do mais era vista com simpatia por muitos padres, duas presenças antagônicas ao pensamento anarco-sindicalista.

Em 1922 funda-se o P.C.do B. Outros anarco-sindicalistas e não só Astrogildo que foi o fundador passam ao novo partido porém dos mais notáveis apenas Astrogildo. o PC do B lança um programa que abarca todas as reivindicações operárias, abre a luta contra a dominação imperialista (inglesa) então - e se pronuncia por uma reforma agrária radical. Obtém registro civil mas

logo depois de publicar o programa é posto na ilegalidade. A década de 20 foi de grandes acontecimentos e lutas : 1922, a Revolta do Forte de Copacabana, a qual comoveu muito o país, mormente depois do massacre de 16 dos 18 oficiais que negociaram a rendição. Só 2 escaparam com vida : Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Em 1924, sublevação dos quartéis de SP. O Tenente Cabanas, torna-se a figura mais popular, ao tomar com apenas um grupo de homens a Estação da Luz e com isso dominando todo o sistema ferroviário do Estado e embananando o inimigo. A seguir as tropas se retiram e em Catanduvas, encontram-se com o batalhão de engenharia ferroviária do RGS, comandada por Prestes e na base do voluntariado, forma-se a Coluna que passou à história com o nome de Coluna Invicta, ou Coluna Prestes. A Coluna, como se sabe, não conseguindo a adesão de outros pontos do país, internou-se na Bolívia em 17 de fevereiro de 1927.

Porém estava aberta a luta contra o governo de então, à base de grandes contradições no seio da classe dominante. Era a burguesia industrial nascente que se opunha ao "Brasil Essencialmente Agrícola" posição sustentada pelo governo do velho Partido Republicano, posição que interessava ao imperialismo inglês, visto que a nova tendência do imperialismo (exportação de capital e não de mercadorias) iria significar, como significou, a perda do domínio do Brasil em favor dos ianques. Ao lado da burguesia nascente, foram os latifundiários do açúcar do Nordeste, que tinham contradições com a indústria do açúcar em SP, a qual por gozar os "favores" do governo de SP e por ser mais moderna, tinha um preço de custo mais baixo e por isso era uma ameaça de morte aos açucareiros do Nordeste. Também os estanceiros do RGS e de Minas, tinham contradições com os frigoríficos ingleses que lhes impunha um preço ínfimo pelo boi em pé. Tudo isso somou-se contra a chamada aristocracia do café de SP aliada de setores do latifúndio de Minas, donos do Governo Federal, dominadores do partido do governo e que por isso gozavam de privilégios especiais. Ao lado disso, prosseguem as lutas operárias. Comunistas e anarco-sindicalistas - no plano das reivindicações operárias - marcham sempre juntos.

Nesse ambiente, o Partido Democrático, partido de oposição ao Partido Republicano e portando ao governo, junta-se a outras correntes e lança a "Aliança Liberal", isto em fins de 1928. O curioso é que a "Aliança" incorpora em seu programa todos os pontos, bandeira do anarco-sindicalismo e do programa do PC. Só na questão agrária é que escamoteia, não diz Reforma Agrária Radical, mas "por medidas tendentes a humanizar as condições de vida do homem do campo". Fala também em "defender a indústria nacional" mas não toca na dominação imperialista.

Contudo, dadas as condições objetivas altamente favoráveis e a habilidade que teve na elaboração de um programa que atendia as reivindicações de camadas da burguesia industrial, de setores do latifúndio, da classe operária (8 horas, Férias, Seguro contra acidentes, Aposentadoria, Proteção à mulher e à infância, Sufrágio Universal, Liberdade Sindical, Salário Mínimo, etc) determinaram que a "A L" se tornasse rapidamente um grande movi

mento de massas, provocando cisões nas lideranças Comunistas e Anarco-sindicalistas. Mário Rotta um veterano anarco-sindicalista e outros apoiavam abertamente a "AL". Os Comunistas só se deram a conhecer em fins de 29 e os anarco-sindicalistas nunca o fizeram. Seus líderes estiveram num ostracismo voluntário e só em fins de 33 voltam à ribalta.

O núcleo principal da "AL" é o RGS - Getúlio, Osvaldo Aranha, João Neves, Borges de Medeiros são suas estrelas principais. Em SP são os irmãos Feliciano Marey Junior e muitos jornalistas, professores, médicos, os primeiros a aparecer. Acabam empolgando o movimento estudantil, operário, etc. No Rio são os irmãos Mangabeira, os Lacerdas (Maurício é o de mais prestígio). Do Nordeste o mais cultuado é o governador da Paraíba, João Pessoa, que viria a ser candidato a vice-presidência de Getúlio, porém foi assassinado antes das eleições. Em função das eleições presidenciais marcadas para 1930 fazem comícios e passeatas por todo o país. Contam com crescente participação de massa, pois seus oradores tem um linguajar novo. Referem-se sempre aos mártires de 22; aos heróis da Coluna; à pontos do programa; à corrupção do governo; - exigem "eleições livres e honestas" e anistia geral. (Até então não se conhecia liberdade para a oposição, e a apuração era feita por funcionários nomeados pelo governo, de sorte que a oposição nunca vencida. Eram as famosas eleições a "bico de pena"). Os oradores da "AL" afirmavam que se a história se repetisse tomariam o Poder pela força.

Os reflexos da crise geral do sistema capitalista de 29-30 se fazem sentir violentamente no Brasil. As exportações de café caem quase a zero, o que provoca um grande recesso interno. Desemprego em massa, baixa violenta do salário. É uma fase de grandes lutas operárias contra o desemprego e a rebaixa dos salários. O grande ascenso facilita a legalização de fato e o surgimento de muitos Sindicatos. Os porta-vozes da "AL" responsabilizam o governo por aquela situação caótica e com isso ganham mais apoio geral.

A maioria esmagadora dos "Tenentes" da Coluna que se acham asilados na Argentina, Uruguai e Bolívia voltam clandestinamente ao Brasil e se põem a serviço da "AL". Siqueira Campos circulava por SP. Juarez Távora - 2º homem da Coluna - faz o mesmo no Nordeste. Fazem contatos com militares da ativa e vez ou outra aparecem em atos, falam e desaparecem. Eletrizam as massas. São figuras legendárias e além do mais, têm uma linguagem radicalíssima.

O Anarco-sindicalismo como tal por questão de princípio não apoia a "AL". Limita-se ao trabalho sindical. O PC não apoia e forma o Bloco Operário-Campones para participar das eleições. Tal posição não levou a nada. Não havia espaço político fora da "AL". O pequeno PS integrou a "AL" e seus oradores falavam nos comícios, Domingos Velasco era o mais popular. As razões da não participação comunista estão no manifesto de Prestes de 5 de maio de 1930 (Íntegra em "O Cavaleiro da Esperança" de Jor. e Amado). Ali se diz que "a revolução que o povo necessita não é a que está em curso, em seu bôjo estão os latifundiários e capitalistas, manejados pelo imperialismo ianque que quer tomar o lugar do inglês. O Brasil necessita de um governo baseado nos Conse-

lhos de operários e camponeses". É a fase emanada da Internacional Comunista da posição de "classe contra classe". Na verdade no plano tático não diferia muito dos anarco-sindicalistas. Esta posição impediu que Prestes aceitasse o convite que lhe fizera a "AL" para ser o chefe da insurreição em curso. Recusa que os "Tenentes", salvo algumas exceções, consideraram um absurdo. O Capitão Italo Landucci, que conheci, um dos que voltaram clandestinos, dizia-me que "a recusa de Prestes e a morte de Siqueira Campos em 1930 foram para nós duas grandes perdas, ficamos dentro do bolo do governo Getúlio, como que órfãos de pai e mãe. Eles eram dois grandes líderes que nos teriam sido muito úteis". (Hélio Silva traz muitos documentos dessa fase)

Dentro desse ambiente de intensa agitação e lutas se realizam as eleições. De um lado Getúlio, candidato da "AL", e de outro o paulista Julio Prestes, candidato de Washington Luiz, presidente em exercício e do velho eixo - S.P-Minas. A "AL" acusa corrupção e fraude. João Pessoa, vice de Getúlio, fora assassinado pouco antes por jagunços. Esse acontecimento aumentou ainda mais a agitação. Em dado momento o RGS declara-se em sublevação. O general Flores da Cunha, gaúcho, declara à imprensa que dentro de 15 dias iria amarrar seu cavalo no obelisco da praça Mauá no Distrito Federal. Sob a liderança de Juarez Távora sublevam-se vários quartéis do Nordeste. Esses dois polos iniciam uma marcha em direção à Guanabara. Encontram grande apoio popular e quase nenhuma resistência militar. A maioria da alta oficialidade se conservou fiel ao velho governo, porém não contavam com sub-oficiais e tropa para comandar. Esteves estavam ao lado dos legendários "Tenentes". A cada cidade que tomavam era uma festa do povo. Destituíam o governo anterior e nomeavam um Interventor que em nome da "AL" organizava o governo local. Só deixaram intacto o Poder Judiciário. "Esta - diziam - é uma situação provisória, assim que o Getúlio tomar posse da presidência, convocará eleições gerais". As tropas revolucionárias encontraram certa resistência e dificuldade para chegar em S. Paulo mas a situação era insustentável. Júlio Prestes, governador, demite-se e a capital fica sem dono. O desespero é grande. Há muitos saques de armazens e muitas depredações. O "Fanfula" jornal fascista da colônia italiana; o Estadão e o Correio Paulistano, ferrenhamente governistas, são empastelados. A "Bastilha do Cambucy" é invadida, libertam-se os presos e depois destroem-na completamente.

As tropas de Getúlio chegam à Capital. Trazem um lenço vermelho no pescoço o qual se tornou moda imediatamente. Todas as moçoilas o adotaram. SP parou. Era festa em todo o canto. Getúlio que fazia a marcha no "trem da vitória" chega em SP. e nomeia o "TENENTE" Capitão João Alberto, interventor no Estado de São Paulo. Poucos dias depois o Cardeal Dom Leme convence Washington Luis a entregar o governo. Getúlio é proclamado presidente provisório.

CONCLUSÕES :

- A primeira conclusão que podemos tirar é a de que na fase mais aguda da luta de massas, na qual há uma convergência das reivindicações econômicas e políticas do proletariado e da nas-

cente burguesia industrial, que contaminava também outros extratos sociais, estudantes e intelectuais principalmente, exatamente nessa fase o proletariado fica sem direção política. O "Anarco-Sindicalismo" como corrente mais influente ficou neutro. Só se interessava pelas reivindicações puramente operárias e com a estreiteza de sua concepção doutrinária, estranha também no plano organizativo: pluralidade sindical, gremialismo, num país que era uma colmeia de pequenas indústrias. O positivo dessa concepção é que enraizava a organização na empresa. O negativo é que fez proliferar dezenas de Sindicatos, quando a organização na empresa podia existir com mais força se não fosse a pluralidade sindical. Isto foi o principal obstáculo a partir de 30 na luta pela unicidade pois esta possuía a ser defendida também pelo "peleguismo" nascentes, então chamados "salafrários". De outro lado, o PC recém-nascido ficou "na classe a classe" linha da IC. Resta a saber se esta posição errônea do PC se deve mais ao condicionamento à IC, e neste caso assessorava mal, ou à sua insuficiência político-ideológica. O certo é que tudo isso pôs o proletariado à reboque da burguesia e o mergulhou no "pudor das tendências", como dizem os argentinos. Só em fins de 32 começa a dar alguns passos unitários. É indiscutível que se o PC houvesse tomado uma posição justa ter-se-ia reforçado e pela força do movimento de massas, em 30 teria alcançado a legalidade, reforçado as forças ant imperialistas e ant latifundárias que compunham o "Getulismo". Provavelmente a Rev. Democrático-burguesa teria ido mais adiante. Assim, foi parcial e deu margem ao compromisso com o Latifúndio e o Imperialismo.

Com a insurreição cívico-militar de 30 foram batidas as forças mais reacionárias do velho Latifúndio, donas do Poder Político. Everaldo Dias afirma: "De 1903 a 30 não houve um só sindicato que tivesse vida regular e livre de intervenções policiais". Contudo, não obsta nte essa falta de direção política e o inferno da pluralidade sindical, onde a maioria dos sindicatos não passavam de 'sindicato' de "carimbo", o proletariado prosseguia suas lutas: exigia o cumprimento do programa "AL", na parte que a ele se referia, contra o desemprego e baixos salários, etc, agravados pelos reflexos no Brasil da crise geral do sistema capitalista.

O ano de 30 pode-se dizer inaugura um novo período de lutas e acontecimentos dentro do imobilismo do governo Getúlio. Em 32, a aristocracia do café, subleva-se; 33 um pacto de ação baseado nos sindicatos dirige as lutas contra o integralismo em ascensão. 34 surge impetuosamente a ALN, tentativa de sublevação militar; em 37 golpe para-fascista de Getúlio; 38 surge a Liga de Emancipação Nacional e outros acontecimentos, nos quais o proletariado esteve sempre presente. São questões que pretendo detalhar num futuro trabalho. É uma modesta contribuição às forças que no interior buscam um caminho para enfrentar e derrotar a Ditadura Militar Fascista, que fez do Brasil o Gendarme dos EEUU na América Latina.

O signatário que viveu desde sua infância num ambiente anarco sindicalista e comunista foi amigo pessoal de Leurhoth, Grazzini e outros. Militou no movimento sindical a partir de 32; está expondo opiniões e informações sobre o que ouviu, leu e participou sobretudo depois de 32. Para aprofundar a pesquisa deste período há muitos livros além dos citados. Leurhoth faleceu pouco depois do golpe de 64. Sua casa foi vasculhada pelo DOPS e levaram sua biblioteca, reputada a mais completa sobre o movimento operário brasileiro. Aliás, os porões do DOPS estão repletos de documentos. É preciso que os futuros "punidores" imitem os de 30: primeiro libertem os presos e os documentos e depois ponham fogo...

ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA E REGRESSÃO SOCIAL

(O texto que segue foi redigido por Fernando Andrade como relatório sobre as condições sociais do "milagre brasileiro", isto é, da acumulação monopolista acelerada, à 2ª seção do TRIBUNAL RUSSELL II, realizada em Bruxelas em janeiro de 1975. Vários camaradas participaram do levantamento dos dados e da discussão que precedeu a elaboração do texto final. O relator sintetizou portanto o resultado de um trabalho coletivo.)

FERNANDO ANDRADE

O golpe de Estado militar desencadeado a 31 de março de 1964 que deu lugar à ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios, foi o resultado da intensificação das lutas sociais e políticas através das quais as grandes massas da população, na cidade como no campo buscavam uma vida melhor. Os trabalhadores urbanos, especialmente a classe operária, eram duramente atingidos pela aceleração da inflação, que representava erosão contínua de seu poder aquisitivo. Os trabalhadores do campo, vivendo miséria ancestral, além de sofrer as consequências da alta do custo de vida, eram vítimas da violenta repressão dos latifundiários que impediam por todos os meios, inclusive a violência aberta, toda e qualquer medida tendente a promover a reforma agrária e até mesmo toda e qualquer tentativa de organização dos trabalhadores rurais em vista da defesa de suas condições de existência e de trabalho. Basta lembrar a repressão que atingiu as Ligas Camponesas e o sindicalismo rural em geral.

A intensificação das lutas sociais e políticas correspondeu pois à agravamento da situação econômica nacional. Mas exprimiu também os progressos realizados pelo movimento operário e popular no rumo da independência sindical, isto é, no rumo da ruptura com o sindicalismo de Estado corporatista (diretamente inspirado da "carta del Lavoro" imposta por Mussolini aos trabalhadores italianos), abertamente subordinado ao Ministério do Trabalho e submetido ao estrito controle da polícia política. A elevação do nível de consciência e de organização das massas trabalhadoras foi favorecida pelas liberdades públicas reconhecidas pela Constituição de 1946 e parcialmente respeitadas, ao menos nas zonas urbanas, pelo poder. A situação jurídica dos trabalhadores era por conseguinte extremamente ambígua: enquanto cidadãos abstratos, gozavam do direito de associação, de reunião, e em geral das liberdades públicas inscritas na Constituição vigente. Mas enquanto produtores, enquanto trabalhadores propriamente ditos, isto é, em sua existência social efetiva, estavam submetidos a uma legislação diretamente inspirada do fascismo, reunida na Consolidação das Leis do Trabalho outorgada em 1943, isto é, no fim da ditadura Vargas, mas preservada por aqueles que o derrubaram em nome da democracia... Nas vésperas do golpe de Estado de 1964, os trabalhadores estavam assim resolvendo na prática a contradição entre uma Constituição que lhes assegurava no abstrato os direitos que o código do trabalho em vigor lhes negava no concreto.

A situação econômica nacional agravou-se consideravelmente, como se sabe, em 1963. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto baixa de 10,7% em 1961 a 5,3% em 1962 e a 1,5% em 1963. Em termos de produto per capita temos respectivamente para estes mesmos anos 7,2%, 2,3% e - 1,3% (FONTE: A Economia Brasileira e suas Perspectivas, julho de 1973 - Ano XII APEC - Rio de Janeiro). Mais significativa ainda foi a evolução do produto industrial que caiu de 10,6% em 1961 e 8% em 1962 a 0,2% em 1963, ou seja uma taxa nula de crescimento (FONTE: Conjuntura Econômica, vol.25(9), 1971). Acresce que 1963 foi um péssimo ano agrícola, acarretando a alta dos

preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Note-se ainda finalmente o aumento colossal da dívida externa, como consequência dos empréstimos contraídos, muitas vezes a taxas de juro usurárias, pelo governo Kubitschek junto a grupos monopolistas e organismos financeiros diretamente controlados pelo imperialismo norte-americano. A conjugação destes e de outros fatores configurou uma situação de crise, sucedendo a uma fase longa de expansão, que se intensificara notadamente sob Kubitschek, graças aos investimentos realizados na infra-estrutura e na indústria mecânica. A inflação, manifestação mais visível da crise, foi de mais de 80% em 1963, acelerando a corrida entre preços e salários. Donde mobilização permanente dos trabalhadores em vista da defesa de seu poder aquisitivo, combinada a uma verdadeira desorganização das relações capitalistas de circulação, do sistema de crédito (as taxas de juro haviam se tornado negativas) e em última análise da própria produção. Como o diriam mais tarde os porta-vozes da ditadura militar, os "quatro problemas básicos" da economia nacional em 1964 eram: "...a alta galopante dos preços que ameaçava transformar-se em hiperinflação, a estagnação econômica, com o produto real "per capita" em declínio, a crise de balanço de pagamentos, pondo em risco a solvência do país no exterior, e a desordem político-social, com a deterioração das expectativas e a virtual paralisação dos investimentos." (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento, Guanabara, IBGE, julho 1967, 165p., p.13). É evidente que esta apreciação confunde a doença com seus sintomas e os responsáveis pela crise com suas vítimas. Obvio que era necessário por fim à alta dos preços, portanto à inflação, retomar o processo de crescimento econômico, reequilibrar o balanço de pagamentos e ampliar a escala da produção. Mas em que condições, a custo e em benefício de quem? Estamos em condições de demonstrar que a política econômica mais ou menos coerente posta em prática há mais de dez anos no Brasil pela ditadura militar terrorista implicou num terrível custo social que jamais poderia ser "compensado" e ainda menos justificado pelos pretensos sucessos econômicos de que se vangloriam os propagandistas do regime. Não se trata -e este ponto deve ficar bem claro- de opor alguns resultados econômicos positivos a algumas consequências sociais negativas, como o fez, com um cinismo talvez involuntário o ex-ditador Garrastazu Medici ao admitir que embora o país fosse bem, o povo ia mal. O que é o país sem o povo? Quando um chefe de Estado dotado de poderes absolutos reconhece "sponte sua" que "o povo vai mal", está implicitamente admitindo que o regime também é mal. Veremos porquê.

Começemos por colocar em seu devido lugar o famigerado "modelo", aliás "milagre" econômico brasileiro. Seus apologistas insistem, antes de mais nada no fato de que o regime ditatorial militar controlou a inflação e assegurou a retomada do crescimento econômico. Efetivamente, a taxa anual de inflação passou de 36,6% em 1964 a 14% em 1972, segundo os dados oficiais, que valem como referências aproximativas, devido às falsificações a que são submetidos pelos economistas vendidos à ditadura. Isto bastou para que um dos muitos sicofantes teóricos a serviço da reação e dos monopólios, o inspetor de finanças francês Auberger escrevesse um trabalho de apologia ("Le modèle brésilien de lutte contre l'inflation", La documentation française, nº4049-4050, dezembro 1973) no qual entre outras coisas ressalta a importância da "política dos salários" na "luta anti-inflacionista do governo brasileiro", a partir da idéia de que "a inflação brasileira devia-se, em grande parte... a altas maciças de salário repetindo-se com regularidade e sem ter em conta as possibilidades reais da economia" (Auberger, op.cit., p.24). Deixando de lado a falta de sorte de Auberger, que começou a cantar a vitória sobre a inflação justo no mo-

mento em que ela voltou a estourar, é interessante notar como argumenta este tecnocrata amigo da ditadura em vista de dar roupagem nova à velha tese de que a culpa da alta dos preços é a alta dos salários.

Inflação e salários

Para confundir os espíritos, diluir responsabilidades e justificar a ordem existente, cujo conteúdo é o enriquecimento dos monopólios, de seus agentes e satélites, e o empobrecimento de dezenas de milhões de trabalhadores, os apologistas da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios esforçam-se por mostrar que (1) a alta dos salários é a causa ou uma das causas principais da inflação; (2) para controlar a inflação é pois necessário controlar os salários. A este raciocínio simples apoiado em considerações técnicas pedantes, quando não em gráficos e fórmulas matemáticas complicadas, que os charlatães da equipe econômica do regime são tão hábeis em manipular, é em geral acrescentado um outro, visando a mostrar que a baixa dos salários reais era inevitável a partir de um certo grau de aceleração da inflação. Com efeito, ultrapassado um certo limite, os preços tenderiam a subir mais depressa que os salários nominais. Moral da história: não foi a ditadura que fazendo reinar o terror nos sindicatos, criou o arrocho salarial. Porque de qualquer maneira, a inflação que roia os salários já vinha de antes e se acelerara sob o governo Goulart. O sofisma é grosseiro, porque, mesmo do ponto de vista puramente aritmético, é evidente que os salários nominais podem perfeitamente subir tanto ou até mais que os preços. Tudo depende da correlação de forças entre trabalhadores e patrões e da atitude que o Estado adota neste enfrentamento econômico. Neste sentido, o próprio ex-ministro Delfim Neto reconhece, num trabalho escrito quando ainda não era ministro, que a alta da renda real da classe assalariada devia determinar uma diminuição da participação das outras classes sociais no produto (DELFIN NETTO E OUTROS, Alguns aspectos da inflação brasileira, ANPES, 1965, p.19). E acrescenta que daí se origina "seria resistência" destas classes, acarretando uma alta geral dos preços. Esta apreciação tem o mérito da clareza. Delfim admite que a inflação intensifica a luta econômica de classes e, como fiel empregado dos monopólios, vê na alta dos salários a causa determinante do desencadeamento da espiral inflacionária. Já o apologetico Auberger supra-citado, vai ainda mais longe no afã de justificar a ditadura e escamotear o arrocho salarial. Tenta provar aquilo que denunciemos acima como sofisma grosseiro, isto é, que os salários reais já estavam baixando antes do golpe e que por conseguinte o arrocho era uma tendência objetiva da economia brasileira e não uma política econômica consistente em oferecer, através do terrorismo policial-militar, mão de obra barata e abundante à sede de lucro dos monopólios estrangeiros e nacionais.

É importante examinar de perto o argumento de Auberger. O salário mínimo, diz ele, "passou do Índice 146 em 1956 a 128 em 1960 e 112 no começo de 1964, ou seja uma baixa relativa da ordem de 23% durante este período" (AUBERGER, op.cit., p.17). Sem dúvida. Mas o que o sr. Auberger esquece é que em 1961 os salários reais atingiram seu mais alto nível: se 1944 é tomado como base (Índice 100), os salários reais atingiram 150,9 em 1956, caíram para 106,3 em 1959 e subiram para 161,6 em 1961 no Rio de Janeiro. Claro, depois eles voltaram a cair mas o que os intelectuais vendidos à ditadura fingem não compreender é que enquanto os sindicatos disputaram de um mínimo de liberdade para defender o poder aquisitivo dos trabalhadores, os salários reais flutuaram em torno de níveis relativamente elevados. É o que aparece claramente no quadro elaborado por Francisco de Oliveira, que tomamos aqui como fonte. ("Crítica à razão dualista", Estudos Cebrap 2, p.47). Neste quadro, onde estão indicados os salários mínimos reais na Guanabara e em São Paulo de 1944 a 1968,

fica patente a diferença entre o período 1945-1951 (onde os salários reais oscilaram sempre abaixo do índice 1944=100) e o período que vai de 1952 a 1965, onde salvo as baixas abruptas e excepcionais de 1953 e 1959 os salários oscilaram acima de 120. É depois de 1965, isto é, a partir do momento em que o arrocho começa a fazer sentir seus efeitos que termina a oscilação salarial e começa a queda regular e permanente, levando a deterioração do poder aquisitivo dos trabalhadores a níveis inéditos. Escamotear esta diferença é prestar um serviço à ditadura e aos monopólios, é desculpar o arrocho. Nesse sentido, é lamentável constatar que um economista de valor e um intelectual democrata como Francisco de Oliveira, dê argumentos à reação quando, no afã de criticar o "populismo", escreve que "a crise que se gesta (a saber, a que levou ao golpe de 1964) ... vai se dar ao nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal (grifos do original) da assimetria assinalada : serao as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão (grifos do original) o pacto populista, já que sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como vian deteriorar-se o próprio nível de participação na renda nacional que já haviam alcançado (grifos meus, F.A.) (F. de OLIVEIRA, *ibidem*, p.56). Deixando de lado a pleonástica constatação de que a crise se dá ao nível das relações de produção e a noção um tanto bizantina de "assimetria da distribuição dos ganhos" o que fica é a tese de que o arrocho começou antes da ditadura... Faltou a Francisco de Oliveira a vigilância crítica que lhe permitiu, com razão, mostrar na mesma parte deste seu artigo, que a "interpretação de M.C. Tavares e J.Serra" sobre a crise coincide "com o sr. Roberto Campos" (F. de Oliveira, *ib.*, p.58).

Contrariamente pois ao que dão a entender Auberger e Francisco de Oliveira, há um salto de qualidade na situação dos trabalhadores enquanto vendedores da própria força de trabalho. E este salto é o aparecimento do terrorismo anti-operário da ditadura, isto é, o esmagamento das poucas liberdades que os trabalhadores haviam conquistado no período histórico anterior. O arrocho não é apenas diminuição do salário, como podem pensar os economistas, mesmo de esquerda. É diminuição dos salários + terrorismo policial-militar sobre o movimento operário.

A ditadura, a inflação e o terrorismo anti-operário

O que caracteriza a atitude do regime militar terrorista oriundo do golpe de 1964 frente à inflação não é a decisão de combatê-la. Qualquer governo teria de fazê-lo, Ela se aproximava de 100% ao ano. Próprio a este regime é o método adotado : redução brutal dos salários reais através do terrorismo contra o movimento sindical e operário. Claro que os economistas a serviço do regime e dos monopólios reconhecem outros "fatores inflacionários" tais como o déficit orçamentário, as dificuldades da balança de pagamentos, o baixo crescimento da produção agrícola acelerando a alta dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, etc. Mas se deixamos de lado as restrições do crédito público à pequena e média empresas nacionais, a redução do déficit orçamentário e outras medidas monetárias, financeiras e fiscais que em nada afetaram os interesses da grande burguesia dos latifundiários e do grande capital estrangeiro operando no Brasil, o combate à inflação consistiu essencialmente na pilhagem sistemática da renda dos trabalhadores. Para tanto, era necessário liquidar as organizações operárias, estabelecer o terror nos sindicatos e a disciplina militar na produção. Entre abril e dezembro 1964, isto é, nos primeiros nove meses de ditadura militar terrorista, a polícia política interveio em 425 sindicatos e 43 federações operárias, afastando seus dirigentes,

prendendo muitos deles, e mesmo matando alguns. No entanto, se houve e há um lado mais ou menos irracional, um cego ódio de classe na repressão ditatorial a todas as formas de mobilização dos trabalhadores, não se deve exagerar-lhe a importância. Atrás das brutalidades policiais e dos crimes abomináveis dos torturadores está sólida e "racional" articulação de interesses econômicos que conduziu à criação, no Brasil, de forma relativamente inédita de barbárie capitalista a través da ditadura terrorista do Alto-Comando militar a serviço dos monopólios. Sabemos muito bem, declararam ao jornalista francês Marcel Niedergang alguns colaboradores do então ministro Delfim Netto, que o desenvolvimento da tortura é bastante prejudicial à nossa ação em favor da expansão econômica e do saneamento das finanças e do sistema fiscal... Estamos convencidos de que o desenvolvimento econômico trará por si só a solução dos problemas sociais. Mas precisamos ainda de tres ou quatro anos de estabilidade social" (*Le Monde* de 24/25 de maio de 1970). Para os burocratas do Ministério da Fazenda o problema consistia pois simplesmente em encontrar a dose "ótima" de tortura afim de garantir por "tres ou quatro anos" a "estabilidade social". Abstração feita do cinismo verdadeiramente revoltante destes personagens, é interessante examinar porque e como a tortura tornou-se um método de governo, porque, como o confessaram os próprios tecnocratas do regime, ela é indispensável ao malfadado "milagre brasileiro".

Vários países capitalistas controlaram a inflação e mantiveram um ritmo apreciável de crescimento econômico sem recorrer à tortura e ao terrorismo. Se isso não ocorreu no Brasil, as razões mais gerais devem ser buscadas nas condições específicas sobre a base das quais se desenvolveu a acumulação do capital em nos o país após 1964. Sabe-se que o desenvolvimento industrial do Brasil após ter conduzido à formação de uma indústria leve, produzindo bens de consumo corrente, chegou ao estágio em que a produção só poderia alargar-se aprofundando-se, isto é, em que a continuidade da expansão da produção de bens de consumo supunha o desenvolvimento acentuado da produção de bens de produção. Sabe-se igualmente que a indústria pesada e especialmente a indústria mais avançada, que incorpora as técnicas mais recentes e custosas são controladas, no interior do sistema capitalista internacional, por um pequeno número de grandes monopólios. Historicamente estes monopólios e em geral os grupos financeiros dos países capitalistas dominantes se interessaram pelos países coloniais, semi-coloniais e dependentes na medida em que estes constituíam fonte de suprimento de matérias-primas baratas e mercado para os manufaturados que eles produziam. Mesmo quando a exportação de capitais tornou-se mais importantes que a exportação de mercadorias para os países capitalistas dominantes, estes capitais eram investidos na agricultura, na extração mineral ou simplesmente na dívida pública dos países dominados. Porque enquanto a produção industrial não efetuou nos países dominados pelo imperialismo sua lenta e difícil "decolagem", contando para isso com suas próprias forças, os grandes monopólios e grupos financeiros imperialistas jamais pensaram em colocar seus capitais em negócios cuja rentabilidade não estava ainda perfeitamente comprovada. A penetração imperialista na indústria de transformação dos países dominados só se produziu quando esta última cresceu o suficiente para assegurar bons lucros aos grandes monopólios. Foi só a partir deste momento que, como gigantescos parasitas, eles vieram sugar a economia nacional dos países dependentes. Em 1929, somente 24% dos capitais norte-americanos investidos no Brasil tinham sido aplicados na indústria. Mas em 1955, a porcentagem era já de 51% e em 1966, de 63%. Vale dizer que justo no momento em que se colocava a questão da consolidação da indústria pesada e avançada no Brasil, especialmente a siderurgia, a petroquímica, o complexo metal-me-

cânico, a eletrônica, etc., acentuava-se a pressão dos grandes monopólios estrangeiros sobre a economia nacional. É verdade que num primeiro momento -que coincidiu grosso modo com o governo Kubitschek- a entrada maciça de capitais estrangeiros em novos ramos industriais, como a indústria automobilística constituiu um fator de crescimento industrial. Mas ao mesmo tempo submeteram a dinâmica da acumulação à lógica de seus próprios interesses. Por isso mesmo adquiriu grande importância a luta pela defesa da economia nacional empreendida neste período pelas forças democráticas e anti-imperialistas da nação. Sabe-se que o golpe de 1964, sobretudo em seus prolongamentos internacionais (= política externa do imperialismo norte-americano) dirigiu-se também em boa medida contra aqueles que se opunham ao controle exercido pelos monopólios estrangeiros sobre a economia nacional. Não foi atoa que mal dado o golpe, abrogou-se a lei de remessa de lucros, que João Goulart acabara de adotar sob a pressão dos nacionalistas de esquerda.

As fontes da acumulação monopolista acelerada

É inegável a aceleração da acumulação do Capital sobre a base da concentração monopolista da produção no Brasil. O que significa que recursos suplementares foram investidos na ampliação do aparelho produtivo. Onde provieram? Por que meios foram obtidos? E em que condições? Responder a estas questões é indicar a base objetiva do recente e rápido desenvolvimento do capitalismo monopolista em nosso país. Examinaremos a seguir três hipóteses explicativas avançadas pela ditadura militar e por ideólogos da burguesia monopolista.

(A) - Os investimentos de capitais estrangeiros. Ninguém ignora que o capital estrangeiro tira do país sob forma de remessa de lucros, amortizações, juros, royalties, fretes, para não falar nas manobras fraudulentas denunciadas minuciosamente, há já duas décadas, por Aristóteles Moura em seu trabalho clássico sobre o tema, muito mais dinheiro do que aquele que introduz. Entre 1968 e 1972 a remessa de lucros, segundo dados oficiais passou de 84 a 164 milhões de dólares (Jornal do Comércio de 17/VI/1973) e os juros pagos aos credores estrangeiros de 154 a 485 milhões de dólares (ib.). Como salientou o então deputado Marcos Freire na Câmara de Deputados, enquanto que de 1960 a 1969 a dívida exterior do Brasil passou de 3 a 4 bilhões de dólares, ou seja um aumento de 25% em dez anos -entre 1964 e 1972 -isto é em oito anos de ditadura- passou de 3,1 a 9,5 bilhões, ou seja um aumento de 206% em oito anos apenas! (Marcos Freire, discurso pronunciado a 13/XI/1973). Neste mesmo discurso foi destacada a situação da balança de transações correntes, cujo deficit passou de 562 milhões a 1.460 milhões de dólares no mesmo período bem como se denunciou o método aventureiro de "financiar" a dívida externa -que hoje se aproxima a passos rápidos dos 20 bilhões de dólares- através de novos e onerosos empréstimos. O malabarista e charlatão Delfim Netto levou adiante esta política financeira consistente em hipotecar o país aos usureiros seus amigos (de Delfim, não do país), ao mesmo tempo que, para tranquilizá-los quanto à solvibilidade nacional, acumulava reservas em divisas que em 1972 correspondiam a 44% da dívida. Além do fato de que estas reservas representam sangria suplementar nas finanças nacionais, já que são aplicadas no mercado de euro-dólares a um juro inferior àquele que o Brasil paga por seus empréstimos, cabe notar que à maioria destes empréstimos e financiamentos é a curto termo o que mostra seu caráter especulativo: entram no país não para reforçar a acumulação interna, mas simplesmente para valorizar-se a taxas de juro mais altas do que aquelas que poderiam obter nos próprios países capitalistas dominantes. (Nota: empréstimo a curto termo = menos de cinco anos). Notemos enfim que no período 1964-1971 os investimentos diretos de capitais estrangeiros no Brasil atingiram 694 milhões de dólares. Neste mesmo período os reinvestimentos

foram da ordem de 506 milhões de dólares e os lucros e juros remetidos ao exterior 536 milhões de dólares. Vale dizer que para 694 milhões de dólares investidos diretamente (quantia insignificante se comparada aos empréstimos especulativos) os monopólios estrangeiros apoderaram-se de 1.402 milhões de dólares, utilizados de um lado para aumentar ainda mais seu controle sobre os setores mais lucrativos da economia nacional e de outro para encher os bolsos dos investidores estrangeiros. O conjunto destas considerações mostra que seria vão buscar numa pretensa contribuição do capital estrangeiro a fonte dos recursos suplementares investidos na extensão da produção brasileira nos últimos anos.

(B)-A poupança interna. Estaria num aumento da poupança interna a fonte deste esforço suplementar sobre o qual repousou o milagre econômico? Pode parecer que sim numa certa medida. Com efeito, só podem poupar os membros das classes e camadas sociais cuja renda ultrapassa o mínimo vital. Ora, como mostrou o Recenseamento de 1970, a participação na renda nacional dos 5% mais ricos passou de 27,35% em 1960 a 36,25% em 1970 e a dos 20% mais ricos de 54,58% a 63,18%. Em compensação, os 40% mais pobres que em 1960 dispunham apenas de 11,2% da renda nacional, em 1970 estavam reduzidos a 9,05%. O processo de concentração da renda tornando mais rica ainda uma minoria já muito rica e ainda mais pobre uma maioria já muito pobre poderia ao menos ter favorecido o processo de acumulação, fazendo aumentar a taxa dita de poupança/investimento do país. A miséria de 40 milhões de brasileiros, a pobreza dos outros 40 milhões teria permitido aos 20 milhões restantes poupar mais, investir o supérfluo do supérfluo, acelerando assim o ritmo da acumulação. Mas não foi isso que ocorreu. Todos os estudos concretos mostram que a taxa anual de formação bruta de capital fixo (principal indicador da acumulação real) permaneceu, sob a ditadura sensivelmente igual ao que fora entre 1947 e 1963, a saber, da ordem de 17% do PIB aproximadamente. O progresso, absoluto e relativo, da renda dos tubarões - assim como a deterioração da condição dos trabalhadores - só serviram para estimular o desperdício e o luxo insolente dos primeiros. O aumento do consumo de artigos de luxo por parte de uma minoria acompanhou o aumento da miséria da maioria. Fora os gastos governamentais, inchados sobretudo no referente à manutenção de um dispendioso (porém necessário) aparelho repressivo que dispensa apresentações. Neste sentido a tão propalada "racionalização" do mercado de capitais consistiu simplesmente no fato de que a maior parte do crédito distribuído pelas financeiras aos particulares sob a forma de letras de câmbio, que atingiu em 1973 o valor global de 37 bilhões de cruzeiros (=9,4% do PIB) foi consagrado, em 80%, à compra de automóveis! Excelente negócio para os monopólios estrangeiros estabelecidos no setor automobilístico, mas em última análise quem pagou a conta foram os 80 milhões de brasileiros que não têm automóvel e sobretudo os 40 milhões que passam necessidade... Uma das manifestações mais claras do caráter anti-social do capitalismo monopolista está aliás no setor de veículos. Em 1964 os caminhões e outros utilitários representaram 46,3% da produção total de veículos no Brasil (ou seja, 85.967 unidades, contra 97.768 automóveis, isto é, 53,2% do total) enquanto que em 1973 representaram apenas 27,5% da produção total com 173.058 unidades contra 450.077 automóveis, ou seja, 72,5% da produção total de veículos. Em 1964 igualmente, o Brasil dispunha de 34.262 km. de estradas de ferro e de 52.644 vagoes. Em 1972 contava apenas com 30.969 km. de estradas de ferro e 51.444 vagoes. Em compensação (!) ao passo que em 1964 havia 548.510 km. de rodovias, em 1972 havia já 1.253.330 km. Tudo isso para estimular a venda de automóveis em detrimento dos transportes coletivos num país onde a colheita frequentemente apodrece por faltarem trens para transportá-la! (FONTE: Realidade, n.º 97, suplemento).

(C)-A intervenção do Estado. A participação do Estado no desenvolvimento capitalista do Brasil tem sido invocada por muitos como um dos 'segredos' do 'modelo brasileiro', isto é, como uma das condições determinantes da acumulação monopolista acelerada. Cabe notar antes de mais nada que o saneamento das finanças públicas e outras medidas racionalizadoras da política financeira e fiscal foram efetivamente adotadas já desde os tempos de Roberto Campos. Com efeito, foi abandonado pela ditadura o método consistente em 'financiar' o deficit orçamentário por meio de emissões nacionais. O imposto -sobretudo aquele incidindo sobre os assalariados- é arrecadado por métodos mais modernos. Mas de qualquer maneira, a fonte de financiamento dos gastos públicos deficitários foi ainda uma vez a alta finança internacional emprestando a taxas usurárias. De resto, as restrições de crédito à pequena e média empresas capitalistas nacionais constituiu um dos elementos essenciais da política de saneamento financeiro empreendida pela ditadura, que acarretou falências em massa, abrindo grandes claros nas fileiras da burguesia nacional, provocando uma intensificação da recessão econômica (em 1964 e 1965 a taxa de crescimento per capita foi negativa) e preparando terreno para o formidável movimento de concentração e centralização do capital, sobre cuja base produzir-se-ia a retomada da expansão em 1968. Nesse momento o Estado brasileiro tinha já provado, tanto no plano financeiro quanto no plano diplomático, sua fidelidade incondicional ao imperialismo norte-americano. Como contra-partida, recebeu, naquela ocasião, empréstimos relativamente abundantes e em condições mais interessantes que as habituais, das diferentes entidades financeiras internacionais: controladas pelo imperialismo (FMI, Banco Mundial, etc.). O que efetivamente permitiu-lhe assumir, sem abdicar do controle da inflação, um vasto programa de investimentos ditos de 'infra-estrutura' nos transportes, comunicações, produção de energia elétrica, mas também na siderurgia, na petroquímica etc. Tudo isso, como vimos, em função dos interesses e obedecendo a lógica da acumulação monopolista. Isto vale tanto para as empresas estatais (ver os artigos de MARTA ALVES em DEBATE-15 DEBATE-16 e DEBATE-17) quanto para o financiamento público da produção (realizado especialmente através do BNDE).

Do exposto fica claro que os elementos invocados pela ideologia dominante para dar conta da expansão econômica dos últimos anos podem no máximo ser considerados como estímulos complementares à acumulação monopolista acelerada, mas em hipótese alguma poderiam explicá-la. Seria realmente um milagre se o Brasil conseguisse, pagando ao imperialismo um tributo financeiro cada vez mais pesado, vendo suas classes dominantes apoderarem-se de parcelas cada vez maiores do produto social sem que isso fizesse aumentar a taxa de investimento (que como vimos permaneceu no que ao capital fixo se refere, em torno da taxa histórica de 17% do PIB), manter uma expansão acelerada cujo substrato viria não se sabe bem de onde (de alguns passes de mágica do sr. Delfim Netto, provavelmente). Deve-se, no que ao papel do Estado se refere, lembrar que foi posto inteiramente a serviço da acumulação monopolista. Não poderíamos aqui descrever os diferentes e complexos formas através das quais se efetua esta subordinação. Notemos somente que o financiamento público da produção, ao qual já aludimos, não se resume no crédito diretamente atribuído pelas instituições financeiras públicas aos capitalistas, mas compreende subsídios indiretos da importância por exemplo das isenções fiscais. O Estado abdicou, entre outras, de importante fonte de renda ao permitir, pelo decreto-lei nº 1.108 (de 1968) exoneração do imposto de renda para as reservas e lucros incorporados ao capital das empresas. Tomou muitas outras medidas no mesmo sentido, isto é, de diminuir a carga fiscal das já ultra-privilegiadas classes dominantes. O reverso da medalha: em 1966, o direito à estabilidade no trabalho foi suprimido pela ditadura e substituído pelo famigerado Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) formado pela 'poupança compulsória' de 8% automaticamente deduzida do salário do trabalhador, e recolhida no Banco Nacional de Habitação

(BNH). O assalariado só pode recorrer a esta poupança em situações excepcionais. Ela constitui no entanto 81% (em 1970) dos recursos mobilizados pelo BNH, que, como todo mundo sabe no Brasil, não constrói casa para operário mas financia residências muitas vezes de luxo para as camadas médias e a burguesia, que frequentemente especula com os empréstimos conseguidos no BNH. Isto estimula a construção civil e todas as indústrias que produzem insumos de que ela necessita. É o que basta para o regime, que está inteiramente voltado à causa dos monopólios, de seus agentes e prepostos. Não contente de impor através da violência terrorista salários de miséria às grandes massas de trabalhadores, o Estado encontra ainda meio de pilhá-los por mecanismos como este do 'Fundo de Garantia'. Este escândalo foi denunciado pelo líder (moderado) do MDB André Franco Montoro que em seu livro Da democracia que temos para a democracia que queremos cita um relatório do BNH (relativo ao período 1965-1974) no qual reconhece ter recebido 35 bilhões de cruzeiros dos quais somente 10% foram utilizados na construção de casas populares. Dois outros elementos de informação, citados por Franco Montoro (pp.6-7) mostram de que maneira o Estado da ditadura terrorista a serviço dos monopólios encara o desenvolvimento: (1) em 1965, o Ministério da Educação e Cultura recebia 11,07% do orçamento nacional. Em 1974, após dez anos de ditadura, o mesmo Ministério recebia somente 4,95% do mesmo total! (2) Em 1974, após dez anos de ditadura, o Ministério da Saúde Pública que em 1966 recebera 4,29% do orçamento nacional, estava reduzido a 0,99%.

A exploração da classe operária

O exame que precede não foi nem completo nem sistemático. Procurou indicar em que medida se encontram os recursos adicionais investidos no alargamento da base produtiva da economia nacional em alguma contribuição especial do capital estrangeiro, da burguesia nacional ou do Estado. Mas encontrou sobretudo a pilhagem da economia nacional, o aumento desmedido do consumo superfluo de um punhado de privilegiados. Dezenas de milhões de brasileiros trabalham cada vez mais em condições cada vez mais insalubres e perigosas, para ganhar cada vez menos. O aumento da produção se acompanha do aumento da miséria dos produtores. Mostraremos brevemente a base de dados rigorosos, as realidades terríveis da escravidão assalariada tal como a pratica a burguesia e os latifundiários brasileiros à sombra dos torturadores e outros esbirros da ditadura.

A expressão mais lapidária da exploração do trabalho no Brasil está expressa na fórmula citada inclusive pelo senador Franco Montoro: nos últimos dez anos o PIB aumentou de 56% enquanto que o salário mínimo baixou de 55%. Pode haver alguma dúvida em torno do fato de que o segredo do 'milagre brasileiro' foi uma intensificação inaudita da exploração da força de trabalho? Como foi possível que ao mesmo tempo os monopólios estrangeiros embolsassem bilhões de dólares, as classes dominantes brasileiras gastassem cada vez mais em consumo superfluo e os investimentos aumentassem? Delfin Netto encontrou muitos financiadores do milagre. Homens de sua laia, usurários da alta finança. Porque o único financiamento não-usurário do milagre foi o sangue e suor e as lágrimas dos trabalhadores brasileiros.

São muitos os dados que poderíamos mencionar sobre a deterioração sistemática das condições de existência e de trabalho das grandes massas de nosso povo. Escolheremos, dentre os disponíveis, dois quadros globais. O primeiro mostra a pauperização absoluta dos trabalhadores brasileiros sob a ditadura, tomando como base a variação do poder aquisitivo do salário mínimo em São Paulo. Põe em evidência quanto tempo de trabalho foi necessário para que um operário, ganhando o salário mínimo (ora segundo o Recenseamento de 1970, cerca de 60% da população ativa ganhava menos que o salário mínimo) pudesse adquirir os gêneros alimentícios necessários a sua sobrevivência. Os dados comparam a situação em tres momentos distintos e se referem

apenas a pessoa do trabalhador. Vale dizer que para saber quanto tempo de trabalho ele gasta para ganhar o equivalente dos bens alimentares de que necessitam as pessoas sob sua dependência é necessário multiplicar o total de horas trabalhadas pelo número de dependentes. O quadro em questão foi elaborado pelo DIEESE.

<u>PRODUTOS</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>DEZEMBRO 1965</u>	<u>DEZEMBRO 1971</u>	<u>MARÇO 1974</u>
Carne	6 kg.	26h24m	42h42m	65h57m
Leite	7,5 l.	4h15m	5h22m	6h55m
Feijão	4,5 kg.	7h8m	8h19m	10h50m
Arroz	3 kg.	3h45m	6h3m	6h32m
Farinha de trigo	1,5 kg.	2h23m	2h9m	2h31m
Batata	6 kg.	7h36m	4h48m	9h50m
Tomate	9 kg.	8h24m	7h48m	23h28m
Pão	6 kg.	7h48m	13h30m	17h13m
Café	600 grms.	46m	3h23m	4h9m
Banana	7,5 dúzias	4h	3h38m	10h23m
Açúcar	3 kg.	3h48m	3h03m	2h57m
Manteiga	750 grms.	7h19m	9h23m	6h30m
Gordura	750 grms.	3h44m	3h18m	9h39m
TOTAL		87h20m	113h26m	176h05m

O segundo quadro compara a evolução do salário nominal, do custo de vida do salário real e da produtividade (PIB per capita). Seus resultados são igualmente muito significativos. Elaborados pelo DIEESE sobre a base de dados oficiais, põem a nu a intensificação da exploração da classe operária do Brasil.

<u>Datas</u>	<u>Salário mínimo nominal</u>	<u>Custo de vida</u>	<u>Salário mínimo real</u>	<u>Produtividade (PIB PER CAPITA)</u>
fev. 1964	100	100	100	100
mar. 1965	157	171	92	100
mar. 1966	200	259	77	100
mar. 1967	250	375	67	102
mar. 1968	309	464	67	104
mai. 1969	371	621	60	110
mai. 1970	446	706	63	117
mai. 1971	537	917	59	124
mai. 1972	640	1091	59	135
mai. 1973	743	1403	53	144
fev. 1974	743	1661	45	156

A deterioração dos salários não é a única manifestação da deterioração dramática das condições de existência e de trabalho das grandes massas. A extensão da jornada de trabalho com a generalização das horas-extra (que se tornam a regra já que os trabalhadores procuram compensar a baixa dos salários trabalhando mais tempo), a inexistência de sindicatos independentes, capazes de fiscalizar as condições de salubridade e os riscos da produção e a sede de lucro do Capital, que não é moderada por nenhuma consideração social, nem mesmo humanitária, se traduzem no aumento considerável dos acidentes do trabalho. Os dados oficiais do INPS são reveladores

ACIDENTES DE TRABALHO

<u>Ano</u>	<u>Trabalhadores acidentados</u>	<u>Trabalhadores ins- critos no INPS</u>	<u>% dos acidentes sobre total de inscritos</u>
1969	1.059.296	7.263.449	14,57%
1970	1.220.111	7.284.022	16,75%
1971	1.330.523	7.553.472	17,61%
1972	1.504.723	7.773.374	19,36%
1973 (1)	1.800.000	7.900.000	22,78%

(1)-Estimativas

FONTE : INPS citado em Opinião nº 85, 24/VI/1974

Note-se, nestes resultados, que o número de trabalhadores inscritos no INPS aumentou somente de 8,7% nos últimos cinco anos, ao passo que o número de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho aumentou de 70%. Segundo uma outra estimativa do INPS e do Fundacentro, houve em 1973 uma média de 7 acidentes de trabalho por minuto. Destes, houve 3.720 que provocaram a morte. Acresce que somente em São Paulo houve cerca de 12.000 acidentes durante o trajeto do trabalhador ao local de trabalho, o que mostra as péssimas condições dos transportes coletivos. Note-se ainda que são muito numerosos os acidentes de trabalho que nem sequer chegam ao conhecimento do INPS, sobretudo quando ocorrem em ramos produtivos tais como a construção civil, para não falar no caso dos trabalhadores do campo, que constituem o maior contingente de trabalhadores e que no entanto não dispõem de praticamente nenhuma forma de previdência social. Os dados divulgados pelo INPS mostram ainda que em três anos (1970-1972) mais de 130.000 trabalhadores ficaram inválidos como consequência de acidentes de trabalho e 7.600 perderam a vida. Somente em 1973, o número de mortos e inutilizados chegou a uma média de 135 por dia (para mais detalhes, ver Opinião nº 58). E o mais chocante e significativo é que as mais baixas taxas de acidentes de trabalho estão nos Estados economicamente mais atrasados, ao passo que as maiores estão justamente nos Estados mais industrializados. Com efeito o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e São Paulo tiveram respectivamente em 1972, 31,6%, 25,5% e 25,4% de acidentes de trabalho em relação ao total da força de trabalho ocupada, ao passo que Piauí, Alagoas e Maranhão apresentaram respectivamente taxas de 3,6%, 4,7% e 5,2%. Pode-se considerar que em pequena medida esta tão completa diferença se explique porque os Estados atrasados são rurais e uma parte dos acidentes de trabalho é comunicada de maneira incorreta ou não é sequer comunicada. Mas é óbvio que globalmente os dados acima mostram que a intensificação do ritmo de trabalho na grande indústria, afim de aumentar os lucros do capital monopolista é a grande causa da escalada dos acidentes de trabalho. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo insistiu neste ponto (ver Opinião nº 58) : os operários trabalham cada vez mais tempo cada vez mais depressa e executam um número sempre maior de tarefas. O milagre brasileiro, como se vê, é a super-exploração do proletariado apoiada no terrorismo policial-militar da ditadura...

FERNANDO ANDRADE

Post-scriptum : Retomando o texto do relatório com vistas a publicá-lo no presente número de DEBATE, modifiquei-o não somente em algumas questões de forma (há coisas que são óbvias para o leitor brasileiro mas que não o são para a imprensa internacional e para o júri do Tribunal Russell) mas igualmente permiti-me desenvolver alguns pontos, em especial na questão dos salários antes do golpe, criticando inclusive o economista democrata Francisco de Oliveira. É evidente que críticas deste tipo são normais num órgão marxista como DEBATE, mas não teriam cabimento num Relatório de denúncia apresentado a um Tribunal Internacional.

F.A. março de 1975.

UMA DECADA DE DITADURA MILITAR: O SETOR AGRARIO
Abel SILVA

1. A Estrutura Agrária

Aparentemente a ditadura militar que usurpa o poder há 11 anos não teria nenhuma responsabilidade quanto ao dado essencial da injustiça social no campo: uma estrutura fundiária marcada pelo domínio dos latifundiários sobre uma imensa maioria de pequenos camponeses-trabalhadores, camponeses sem-terra, e operários agrícolas. A distribuição da posse da terra está quase intacta há mais de um século e as raízes do latifúndio vêm dos mais recuados tempos coloniais. No entanto, deter-se nessa aparência seria inoportunizar o regime ditatorial de um de seus principais crimes. O golpe militar de abril 1964, que depôs o presidente constitucional João Goulart, tem como uma de suas causas imediatas a assinatura do decreto das "terras marginais" no comício da Central do Brasil que abria uma pequena via para a execução de uma Reforma Agrária, até aí bloqueada pelos latifundiários que se valiam do artigo 141 (do parágrafo 16) da constituição de 1946. Esse decreto que permitia a desapropriação de um pequeno número de propriedades, era resultado da forte pressão que exercia o movimento popular, e sobretudo o movimento camponês através das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra e dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. O primeiro governo ditatorial, chefiado pelo falecido Marechal Castelo Branco, procurou "tirar das mãos dos comunistas" a bandeira da Reforma Agrária. A política externa Norte americana, do período Kennedy, (veja Conferência de Punta del Este) aconselhava seus sustentáculos nos países latino-americanos a executar a Reforma Agrária como meio de impedir a revolução. Uma dupla de representantes destacados da burguesia monopolista associada, o Sr. Roberto Campos -então ministro do planejamento- e o doutrinário general Golbery do Couto e Silva, elaborou dois projetos importantes: 1- a emenda constitucional que permitia a desapropriação sem indenização em dinheiro, 2- o Estatuto da Terra que implantou os fundamentos jurídicos que deveriam tornar possível o desencadeamento de uma Reforma Agrária. A oposição dos latifundiários foi imediata. Serviram-se dos então partidos políticos que haviam apoiado o golpe, de manifestos assinados pelas inúmeras associações reacionárias, de seus representantes na estrutura da Igreja Católica, e mesmo da organização de uma marcha sobre a Capital Federal. O resultado desse episódio, como das posteriores modificações durante o governo do falecido ditador Costa e Silva, foi simples: A burguesia monopolista manteve o instrumental jurídico para "inglês ver" e aceitou que os latifundiários contorassem os organismos criados para executar a Reforma Agrária. Trata-se de mais uma confirmação de que a burguesia brasileira não podendo dispensar a aliança com a oligarquia latifundiária impediu que a transformação capitalista da sociedade brasileira seguisse uma via democrática. Essa "conciliação" foi drástica para o campesinato brasileiro.

Os latifundiários utilizaram inúmeros mecanismos para contro

lar a ação do IBRA, entre os quais o chamado "fiscalismo" que consiste a limitar a ação do órgão à elaboração de um sistema de tributação rural. O professor Rodolfo HOFFMANN mostrou em seus trabalhos que a continuação dessa política levaria a uma agravação absoluta da dupla deformação da distribuição da posse da terra no Brasil: de um lado aumentam os latifúndios engolfando cada vez maiores superfícies, e de outro, a pulverização minifundiária cada vez mais intensa. (1) O Censo de 1970 veio a confirmar absolutamente essa tendência: a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 (mil) hectares passou de 110 à 115 milhões de hectares entre 1960 e 1970, enquanto o número de estabelecimentos de menos de 10 ha passou de 1,5 milhões à 2,5 milhões no mesmo período. (2)

Depois do "fiscalismo" sucederam-se vários artifícios dos quais vale um destaque especial à doutrina da ocupação do território e colonização da Amazônia como alternativa a uma Reforma Agrária. A fusão do INDA e do IBRA que criou o INCRA consubstanciou tal guinada que hoje está sendo contestada pelo governo do ditador Geisel devido ao fracasso total da "colonização" da Amazonia como divulgou a imprensa internacional ainda recentemente. Pois bem, a conciliação entre a burguesia monopolista e a oligarquia latifundiária "atendeu" 1 458 famílias até 1970. 1 458 famílias sobre 2 430 000 sem-terra ou com-pouca-terra classificadas como beneficiários potenciais de uma verdadeira Reforma Agrária pelos próprios técnicos do governo. Para se ter uma idéia, no mesmo período, o governo peruano instalou mais de 20 000 famílias pela distribuição de 680 000 ha dos 900 000 desapropriados. Se tomarmos como referência os documentos da própria "Conferência de Punta del Este" onde o Imperialismo Americano aconselhou seus aliados a fazer uma reforma "preventiva", constataremos que o Brasil é o último da lista. A ridícula "Reforma Agrária" da ditadura atendeu até 1970: 0,09% das metas da referida conferência.

O poder dos latifundiários foi mantido intacto. E eles não se limitam aos chamados "vazios demográficos" como querem fazer pensar alguns ideólogos da ditadura. No próprio Estado de São Paulo, o cadastro do IBRA registrou 70% da área dos imóveis rurais como latifúndios sendo que 62% das propriedades foram classificadas como minifúndios. O conceituado economista Salomão SCHATTAN, da secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo situa na faixa dos sujeitos à Reforma Agrária 97,7% da população rural do Estado.

A descrição da ação criminosa da ditadura que levou a uma agravação inusitada do problema fundiário no Brasil poderia ocupar bem mais tempo que toda a nossa exposição. Contentemo-nos somente em apontar por enquanto que ela conservou e fortaleceu o eixo

(1) HOFFMANN, Rodolfo - Contribuição à Análise da distribuição da Posse da Terra no Brasil, Piracicaba, Esc.Sup. de Agricultura "Luis de Queiroz, 1967, 65 p.s

(2) Anuário Estatístico do Brasil- 1973 página 159

fundamental da exploração dos camponeses: o regime da posse da terra. E isso apesar de suas belas incurções no domínio jurídico que aliás tiveram efeitos contundentes para as condições de trabalho do campesinato, como veremos a seguir.

2. Condições de Trabalho

A aplicação da legislação ditatorial que regula as condições de trabalho teve como efeito central a expulsão em massa dos trabalhadores das propriedades em que viviam como "colonos" ou "moradores", fornecendo um sobretabalho aos latifundiários sob a forma da renda-trabalho, e mesmo de inúmeros arrendatários e parceiros explorados através da exigência do pagamento da renda sob a forma dinheiro ou produto. Surgiram então os chamados "volantes", "peões" ou "bóias-fria" que povoam os arredores das cidades do interior sempre à procura de um "empreiteiro", "chofer de caminhão", ou "gato", que os transporte para as fazendas onde tentarão continuar trabalhar durante alguns dias por um salário de miséria. Esses trabalhadores sofreram inclusive uma redução do número de dias em que conseguem trabalho durante o ano, o que significa uma deterioração do nível real de renda que as estatísticas sobre salário de diaristas não põe em evidência. Tal fato é reconhecido mesmo por técnicos bem condescendentes com a política econômica da ditadura, como o Sr. MILLER PAIVA em seu livro SETOR AGRICOLA DO BRASIL, SP, 1973. Os dados desse processo de proletarização intensa são raros. No Estado de São Paulo, entre 1960 e 1969 o número de arrendatários caiu de 230 a 83 mil e o de colonos de 229 a 32 mil. (Dados da Divisão de Levantamentos e Análises do Instituto de Economia Agrícola). Segundo um outro trabalho da mesma fonte, entre 1964 (ano do golpe) e 1970 o número de volantes passou de 226 à 350 mil. Esses são os dados oficiais, e para uma região onde o nível de vida do campesinato é tido como um dos mais elevados do país. É um outro mito avançado pelos propagandistas da ditadura. Segundo os índices do governo, os salários dos trabalhadores agrícolas, pelo menos em São Paulo, teriam tido uma melhoria real a partir de 1965 quando a chamada "paridade" dos preços recebidos pelos agricultores e dos salários teria caído para 63 em 1970, sendo que em 1964 ela se situava a 105. Na verdade, paralelamente à expulsão dos colonos, arrendatários e parceiros, a legislação "trabalhista" que instituiu o salário mínimo para o campo permitiu, ao mesmo tempo, aos proprietários descontarem o aluguel da casa, o alimento fornecido, lenha, etc. Tais índices refletem portanto apenas uma operação contábil à partir de 1965. Mas mesmo quem crê em tal manobra contábil tem que registrar em seus famosos índices, que o salário mínimo agrícola estaria, por exemplo no interior de São Paulo, à 80% do salário mínimo da capital. Isso significa que lá onde se paga salário mínimo ele está bem abaixo dos tais 80% ... Fica aliás evidente quando examinamos os Censos de 1960 e 1970. Nesse período, a população ativa na agricultura diminuiu de 14% em relação aos outros setores sendo que a percentagem da renda captada pelos ocupados nesse setor caiu de 30 à 20%, isto é, diminuiu 33%. Mas até aqui só apontamos que toda a população agrícola viu diminuir a sua "fatia do bôlo". A con

concentração da renda é maior na agricultura que na indústria apesar que no período estudado (1960-70) o ritmo dessa concentração foi maior na indústria do que na agricultura. (20% contra 3%). Os estudos de HOFFMANN mostram que no período 60-70 o índice de concentração da renda passou na agricultura de 0,4290 à 0,4418. (1)

(2)
De acordo com os cálculos de Carlos LANGONI a concentração da renda monetária na agricultura deu-se entre 1960-1970 do seguinte modo:(2) Os 40% mais pobres teriam tido um ligeiro aumento em sua participação na renda, de 14,9% para 15,4%, ao passo que os 55% seguintes sofreram nítida diminuição (de 61,9% para 57,7%), o que veio beneficiar os 5% mais ricos, cuja participação passou de 23,2% para 26,9%. Bastam esses números, mesmo só sobre o aspecto monetário da renda, para se verificar que as mudanças na estrutura da repartição da renda agrícola foram sobretudo vantajosas para os 5% mais ricos. A melhoria, aliás muito reduzida, dos 40% mais pobres tem sua explicação mais provável na substituição de sua renda in-natura (como parceiros, agregados e colonos, etc) por renda monetária, além do já citado mecanismo contábil.

O censo de 1970 mostra que o número de pessoas ocupadas na agricultura era de 18,1 milhões dos quais 4,9 milhões eram responsáveis de um estabelecimento agrícola (proprietário, arrendatários, parceiros e ocupantes). Entre esses últimos, 2,5 milhões exploram estabelecimentos de menos de 10ha onde vivem 7,2 milhões de pessoas. Isso dá uma idéia de uma das maiores fontes de trabalho gratuito de que se vale a burguesia brasileira no processo de acumulação capitalista. Os chamados "membros não remunerados da família" que representavam 4,3 milhões de pessoas em 1960 devem representar hoje no mínimo 6,2 milhões (dados de 1970). Essa massa de trabalhadores que vive nos chamados minifúndios produzindo os gêneros alimentícios vendidos sempre bem abaixo de seu valor (em horas de trabalho) fornecem à sociedade cada vez mais produtos agrícolas em troca de um baixíssimo "salário". Muitas famílias vivem na mais estrita miséria mesmo quando boa parte de seus membros trabalha como mão de obra temporária para os latifundiários, sendo assim duplamente explorados. Explorados pelo trabalho gratuito que fornecem à seus empregadores nos grandes latifúndios e explorados pelo mecanismo dos preços, sempre fixados abaixo de seu valor-trabalho. É muito difícil quantificar essa última forma de exploração. Um exemplo recente, a produção de leite foi analisado em DEBATE nº 14. Essa transferência de valor (sobretabalho dos pequenos camponeses, e mais valia dos operários agrícolas) para os outros setores da economia foi reforçada nos últimos 10 anos pela aplicação de uma política econômica à serviço dos monopólios. A tal ponto que todas as demissões de ministros durante

(1) Esse índice revela uma maior concentração quanto mais se aproxima de 1.

(2) "Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil" in Estudos Economicos IPE-USP, nº5. Langoni é o economista oficialmente encarregado de demonstrar que a concentração da renda no Brasil deve ser atribuída à educação das pessoas.

os vários governos ditatoriais se localizaram no ministério da Agricultura, com apenas uma exceção: o Ministro Albuquerque Lima, do Ministério do Interior. Mas mesmo êste, demitiu-se inclusive por ter sido vencido em sua batalha pela efetivação da Reforma Agrária da qual foi ardente defensor.

Para se dar uma idéia aproximada dessa aceleração de transferência de valor da agricultura para os outros setores, que é uma das fontes da acumulação de capital no Brasil, teremos que recorrer a dados parciais e altamente suspeitos: a comparação das estatísticas existentes sobre as Quantidades Produzidas por classe de produtos e a evolução do chamado "Valor Real" da produção agrícola para as mesmas classes de produtos. Tendo como base 100 os dados para o período 1962-66, encontramos para o período 67-70:

a- que o índice anual médio das quantidades produzidas para a classe "Produtos alimentícios" (1) passou à 121,1, isto é um aumento da produção física de 21,1%.

b- o aumento do "Valor real" da produção agrícola para a classe dos produtos alimentícios aumentou no mesmo período apenas 5,3%.

Como se pôde constatar um pouco antes, nesse período, o desemprego aumentou de maneira extraordinária no campo o que pode ter compensado parcialmente o aumento do "pessoal ocupado na agricultura" em termos absolutos. Aliás, como mostrou George Patrick (2), a extensão permanente das zonas cultivadas é responsável em 90% pelo aumento da produtividade agrícola no Brasil. É o velho sistema de exploração do camponês: O latifundiário permite que êle se instale e explore uma faixa de terra que êle deve desmatar, limpar e semear. Logo após êle é obrigado a deixar a terra e ir fazer o mesmo mais adiante. Pelas estatísticas citadas mais acima, num período de 4 anos passou-se a fornecer 21,1% a mais de produtos alimentícios sendo que a evolução dos preços só permitiu um aumento de receita real de 5%.

Essa aceleração da extorsão de sobretrabalho produzido pelos trabalhadores do setor agrícola se faz pela fixação dos preços a baixos níveis, ou melhor a níveis relativamente mais baixos que a evolução geral dos preços. Sobretudo no período final da gestão do Sr. Delfim Neto (1973) quando eclodiram conflitos entre o Ministério da Fazenda e os ruralistas que levaram inclusive à demissão do Ministro Cirne Lima. A meta dos 12% de inflação acirrou os conflitos com os produtores de leite, carne, trigo, etc. (amplamente descritos na Revista DEBATE 14,15 e 16). Os principais beneficiários desse novo modelo de "arrocho" foram os grandes monopólios de transformação desses produtos: citemos a

(1) A classe de produtos alimentícios comporta: Arroz, banana, batata, feijão, laranja, mandioca, milho, trigo, bovinos, suínos, ovinos, caprinos, leite, ovos e mel. Os dados são da Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas do IEA, com dados básicos do Ministério da Agricultura.

(2) Sources of Growth in Brazilian Agriculture: The Crop Sector, IPEA.

NESTLE, os Frigoríficos SWIFT-ARMOUR, ANGLO, BORDON (o primeiro é do grupo ANTUNES testa de ferro da BETHLEHEM STEEL e associado à ALCOA e do famoso Sr. LUDWIG), assim como os grandes moinhos do grupo BUNGE entre os quais a SANBRA, sem falar da ANDERSON CLAYTON e da CARGILL. A política econômica da ditadura foi dita por esses monopólios no que se refere às crises do leite e da carne, assim como nos conflitos com os produtores de trigo e de soja. Nas últimas eleições muitos eleitores sulistas colocaram folhas de soja nas urnas - o candidato à senador pela Arena no Rio Grande do Sul foi um dos principais artífices da política econômica da ditadura, e eterno aliado do Sr. Delfim Neto: o presidente do Banco do Brasil Sr. Nestor Jost, o homem que controlou o crédito agrícola durante esses 11 anos.

3. Condições de vida

As condições de vida da massa camponesa se agravaram a um ponto insuportável durante êsses anos. É preciso dizer que alguns dos direitos conquistados pela classe operária desde 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, como o salário mínimo, a jornada de 8 horas, o aviso prévio, a aposentadoria, a pensão aos dependentes e a assistência médica, só foram conseguidos pelo movimento camponês em suas lutas do início dos anos 60. O Estatuto do Trabalhador Rural obtido no 1º de maio de 1963 os formalizava. Mas a aplicação desses direitos se restringiu às áreas de fácil fiscalização como já apontamos. A Previdência Social não chegou ainda aos trabalhadores do campo. Só em 1972, o então ditador Medici lançou demagógicamente o chamado PRORURAL que estipula a aposentadoria aos 65 anos com direito a 50% do salário mínimo. Mas quantos trabalhadores preenchem todas as condições jurídicas necessárias à obtenção da aposentadoria se justamente os proprietários expulsaram a imensa maioria para se ver livres dos encargos trabalhistas?

Um estudo conduzido pelo professor Nelson Chaves, do Instituto de Nutrição de Recife mostrou que:

1) O trabalhador rural da Zona da Mata como apenas o suficiente para sobreviver. 2) A desnutrição existente na Zona da Mata contribuiu para que a média da estatura da população tenha diminuído em 15 centímetros. 3) 60% das crianças apresentam estágios de desnutrição de 1º e 2º graus, 15% são desnutridas de 3º grau e apenas 15% possuíam o peso normal. 4) 15 a 25% das crianças camponesas sofriam de mutilação cerebral, produtora de retardos mentais devido à falta de comida. 5) 40% das crianças morriam antes de atingir a idade escolar. 6) a média de vida não passa de 30 anos. 7) 80% da população é analfabeta. 8) 1% da população possui o curso primário completo.

Essas médias escondem situações de extrema acuidade. Por exemplo: no município de Amaragi (PE) na Zona da Mata, nasceram 125 crianças e morreram 84 antes de completar um ano, em 1967 (mortalidade: 67%). Em 1968 nasceram 72 e morreram 72 - índice de mortalidade: 100% ! Tudo isso antes da sêca de 1970 ! As pesquisas da OMS na região do Recife mostram que 65% dos mortos sub

metidos a autópsia apresentam graves sinais de desnutrição. Na mesma cidade um inquérito aplicado num bairro operário revelou que todas as famílias completavam sua quota diária de calorias tomando aguardente ! Enquanto isso os usineiros investem seus enormes lucros em fábricas de cimento, fábricas de papel, bancos e fazendas de gado na amazônia.

No Nordeste, segundo o IBGE (1970), 23% das pessoas em idade de trabalhar estão impossibilitadas de utilizar sua força de trabalho ou só o fazem parcialmente. Foi imensamente descrito por vários autores, entre eles Julião, o regime do "cambão" a que estão submetidos os camponeses dessa região que consiste à prestação de trabalho gratuito nas terras dos latifundiários. Ainda há pouco tempo o documento dos bispos do Nordeste (maio de 1973) relatava o agravamento da situação dos trabalhadores da região. Uma pesquisa da diocese de Goiás em 1971 (Pesquisa socio-econômica-religiosa) mostra que nesse estado da região centro-oeste, só um terço das pessoas entrevistadas tinha um trabalho e um salário. Como dado global para o Brasil, basta citar o Censo de 1970 onde fica claro que na Agricultura, 70% das "pessoas que auferem rendimentos" se situavam abaixo do salário mínimo. Mas mesmo um imenso relatório sobre as condições de vida dos camponeses nas diferentes regiões do país ficaria longe de uma descrição completa da opressão, da humilhação e do sofrimento dos camponeses brasileiros.

4. A expansão da Fronteira Agrícola

Já vimos que a Ditadura Militar à serviço dos monopólios agudizou as injustiças no campo seja pela agravação das disparidades na distribuição da posse da terra, pela aceleração do processo de proletarização do campesinato, pela aceleração da extorção de sobretrabalho dos camponeses, pela fixação de preços relativos que penalizam os produtos agrícolas. As consequências dessa política sobre as condições de vida da massa camponesa foram tão cruéis que só as palavras miséria ou humilhação não chegam para se retratar a situação dos oprimidos do campo. Mas a Política Econômica da Ditadura tem um lado ainda mais grotesco e criminoso: a sua propalada colonização interna.

A partir de 1966 foi lançada oficialmente a política de ocupação desse imenso espaço virgem que é a Amazônia. No início tratava-se sobretudo de uma questão de "geopolítica" como diz a terminologia dos coronéis. A necessidade de estabelecer fronteiras precisas que só podem ser controladas pelas "sentinelas pacíficas" isto é, o povoamento dessa imensa região, constituía um dos elementos da doutrina de "segurança nacional". Na teoria do general Golbery a ocupação da Amazonia é um elemento essencial no processo que visa inserir o Brasil em quatro conjuntos: os mundos latino e católico, luso-brasileiro, sub-desenvolvido e finalmente andino. Essa é a estratégia necessária para que o Brasil se torne uma "grande potência no século 21". Quando surgiram as denúncias de vendas de enormes superfícies de terra aos estrangeiros (a imprensa falou de mais de 20 milhões de hectares), pros -

pecções clandestinas de minérios, e a famosa ofensiva americana para construir um lago artificial, a posição da corrente "nacionalista-autoritária" do exército se fortaleceu. O slogan do general Albuquerque Lima "integrar para não entregar" virou um coqueluche, o que pressionou a ditadura, sobretudo em seu capítulo Garrastazu Medici, a acelerar a política de ocupação da Amazonia. Foi assim que em 1970, no momento em que a sêca dizimava a população nordestina, o ditador Medici lançou demagogicamente seus planos de "Integração Social" que não passavam de um imenso sonho de "Transferência de Populações". A partir desse momento, a ocupação da Amazônia passou a ser a "grande solução" para a "grande necessidade" de uma Reforma Agrária. Um documento do INCRA da época diz o seguinte: "A ocupação da Amazônia fornece ao governo brasileiro a descompressão territorial, retarda e mesmo evita as medidas tradicionais próprias à eliminação dos problemas de tensão social". Esperava-se então que o tal Programa de Integração Nacional servisse pelo menos a instalar um certo número de famílias em lotes de 100 hectares ao longo das estradas que seriam abertas. Hoje já se conhece os resultados: fracasso total. Os ministros do atual governo ditatorial não o escondem. As poucas famílias instaladas não puderam explorar racionalmente a terra que ~~lhes~~ foi atribuída e estão hoje numa miséria mais negra que a anterior. Paralelamente a propaganda gerou um processo de emigração espontânea de milhares de famílias que se instalaram como posseiros nas terras do INCRA. Uma carta de um leitor ao jornal Opinião nº 20 denuncia a expulsão desses posseiros pelo próprio organismo de Reforma Agrária, o INCRA, dirigido na época pelo latifundiário Moura Cavalcanti.

Enquanto isso, a burguesia monopolista foi fazendo a sua própria ocupação da Amazônia. O mecanismo dos incentivos fiscais aplicado anteriormente no Nordeste pela SUDENE tornou-se o mecanismo básico para a implantação de imensas fazendas de gado. A política oficial de promoção de exportações de carne bovina - "Carne Bovina para a Europa" e os incentivos da SUDAM permitiram que sob a égide do capital monopolista a ocupação predatória da Amazônia se efetivasse. Expulsão violenta de posseiros, matanças de índios, destruição da floresta - eis o sentido "pioneiro" do capital monopolista na "integração territorial". Os incentivos fiscais da SUDAM permitem que um capitalista recupere metade do imposto de renda que deveria pagar, frutificando imediatamente seu investimento por um simples mecanismo: - os incentivos fiscais são proporcionais ao capital próprio investido sendo que a SUDAM considera a terra onde será executado o projeto como um investimento e lhe atribui um valor fixado por decreto. Em 1971, por exemplo, esse valor era de 20 Cruzeiros/ha. Mas as sociedades compraram terras no mesmo ano por 7 Cruzeiros/ha. Uma vez o projeto aprovado pela SUDAM, os incentivos fiscais são liberados na proporção de três vezes o capital próprio. Através dessa simples operação o investimento inicial é multiplicado por nove. Ou seja, uma fazenda de 9 milhões poderia ser constituída com apenas 1 milhão de Cruzeiros. Por outro lado os créditos à pecuária na região são imensos e a juros baixos. Nessas condições, investir nessas fazendas passou a ser mais vantajoso que os projetos in-

dustriais. A partir de 1968 as somas liberadas para os projetos de criação de gado ultrapassam largamente as destinadas à indústria. Nos últimos anos a SUDAM fixou como superfície mínima de uma fazenda de gado, a área de 25 000 hectares, promovendo assim a expansão do latifúndio. Além disso, é característico da criação de gado em sistema extensivo que a mão-de-obra empregada seja mínima. Assim, os 373 projetos aprovados até o fim de 1973 correspondem à uma superfície total de 6 993 782 ha, e um investimento total de 2,7 bilhões de Cruzeiros, sendo que quando todos esses projetos estiverem executados o rebanho atingirá quase 4 milhões de cabeças e o número de empregos criados será apenas de 14 522. No entanto, durante a fase de implantação dessas fazendas, o desmatamento exige uma mão-de-obra numerosa que tem que ser procurada em regiões distantes. O sistema do "gato", em preiteiro que recruta os "peões" se generalizou. As condições a que estes são submetidos pelos "gatos" ~~não podem ser chamadas de escravidão~~. Essa situação foi amplamente denunciada pela Igreja e inúmeras matérias do jornal Opinião fornecem os dados dramáticos dessa nova "marcha para o Oeste", apesar da Censura. Citemos os 3 200 escravos do Sr. DANIEL KEITH LUDWIG, o bilionário norte-americano que possui a JARI FLORESTAL AGROPECUARIA, dono da ALCOA (ALUMINIUM CORPORATION OF AMERICA). O projeto do Sr. LUDWIG explora uma superfície igual à metade do território da HOLANDA. Uma outra fazenda de gado, no Mato Grosso, a CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia - propriedade de um consórcio de Bancos liderados pelo BANCO DE CREDITO NACIONAL, está desmatando sua fazenda de 193 000 ha. (modesta em relação à outras). Para isso ela chegou a empregar através dos "gatos" entre 50 000 e 110 000 peões segundo os períodos de desmatamento. Em 1971 o bispo de São Felix do Araguaia denunciou a expulsão dos posseiros dessas terras e um inquérito da Polícia Federal revelou que "um certo número de trabalhadores eram mantidos em regime de escravidão sob a ameaça das armas dos "gatos".

A expulsão de posseiros é quotidiana. Só em Mato Grosso, o jornal Opinião de 9/9/74 recensiu através de dados oficiais, isto é, conflitos que têm um processo jurídico, que mais de 3 400 famílias de posseiros estavam em litígio em 15 áreas de "tensão" onde se multiplicaram as intimidações, prisões, homicídios, queima de barracos, etc. Esses são apenas os dados oficiais...

Mas, quem são os responsáveis diretos por essas expulsões, mortes, matança de índios, escravidão de "peões", destruição da floresta amazônica? Citemos os proprietários de alguns projetos: VOLKSWAGEN, ANDERSON CLAYTON, GOODYEAR, NESTLE, BORDON, KING'S RANCH, SWIFT-ARMOUR, MITSUBISHI... a lista é longa. O grupo LIQUIGAS de origem italiana, possui a maior fazenda de gado, a SUIAMISSU (quase 700 000 ha). Mas não são só os monopólios transnacionais que praticam tais crimes (...)

São esses alguns exemplos dos responsáveis por um dos traços mais aberrantes da política econômica que visa à um crescimento econômico monopolista associado ao grande capital internacional. Os camponeses brasileiros sabem que enquanto a ditadura militar, que usurpou o poder em 1964, detiver as rédeas da nação, não existirá solução alguma para a opressão a que estão submetidos pela burguesia monopolista.

INDICE DO PRESENTE NUMERO

Apresentação p.3
EDITORIAL : PELA RENOVACÃO DO MOVIMENTO COMUNISTA
BRASILEIRO p.4
ROLANDO FRATTI : Contribuição ao estudo do movimento ope-
riário (I) p.13
FERNANDO ANDRADE : Acumulação e Exploração (Relatório ao Tri-
bunal Russell II) p.20
A. SILVA : O setor agrário (Relatório ao Tribunal Rus-
sel II) p.31

DISCUTA E PASSE ADIANTE DEBATE

ENVIE - NOS CRITICAS E
CONTRIBUIÇÕES
PARTICIPE DA DISCUSSÃO DE NOSSA
PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS

Correspondência, Assinaturas e Números Atrazados :

M. DESCOMBEY
LA BROSSE
91 640 BRIIS SOUS FORGE (assinaturas: 20 ff ou US. \$ 5)
FRANCE

DEBATE está à venda nas seguintes livrarias :

- FRANÇA : (1) - Librairie Portugaise
33, rue Gay-Lussac / 75005 Paris
(2) - Librairie La Joie de Lire (Maspero)
19/40, rue Saint Séverin / 75005 Paris
PORTUGAL : (1) - Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 / Lisboa
(2) - Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 / Porto
SUECIA : (1) - Bokcafét (em Stocolmo e em Lund)
(2) - Oktuber, Bokhandel, Stocolmo
ITALIA : (1) - Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-2-3 / Roma
(2) - Libreria Internazionale Paesi Nuovi
pza. Montecitorio 59/60 / Roma
NORUEGA : (1) - Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 / Oslo